

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

LARISSA SILVA SOUZA

**COMPLEXO DE PEDRINHAS:** Histórias de amor e ódio no presídio que chocou o país

São Luís  
2023

**LARISSA SILVA SOUZA**

**COMPLEXO DE PEDRINHAS: Histórias de amor e ódio no presídio que chocou o país**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão como requisito para aprovação.

Orientadoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Li-Chang Shuen  
Cristina Silva Sousa e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josefa Melo e  
Sousa Bentivi Andrade.

São Luís  
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**LARISSA SILVA SOUZA**

**COMPLEXO DE PEDRINHAS:** Histórias de amor e ódio no presídio que chocou o país

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão como requisito para aprovação.

Orientadoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Li-Chang Shuen Cristina Silva Sousa e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josefa Melo e Sousa Bentivi Andrade.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Li Chang Shuen Cristina Silva Sousa (Orientadora)  
Doutora em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Maranhão / PPGCOMPro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josefa Melo e Sousa Bentivi Andrade (Co-orientadora)  
Doutora em Comunicação Social  
Universidade Federal do Maranhão / PPGCOMPro

---

Prof. Dr. Flávia de Almeida Moura  
Doutora em Comunicação  
Universidade Federal do Maranhão / PPGCOMPro

---

Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa  
Universidade Fernando Pessoa / Portugal

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Souza, Larissa.

Complexo de Pedrinhas : histórias de amor e ódio no presídio que chocou o país / Larissa Souza. - 2023.  
92 p.

Coorientador(a): Josefa Bentivi.

Orientador(a): Li-Chang Sousa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação - Modalidade Profissional/ccso, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, 2023.

1. Banalização da Violência. 2. Complexo Penitenciário de Pedrinhas. 3. Comunicação Grotesca. 4. Crise Penal. 5. Rebelião Prisional. I. Bentivi, Josefa. II. Sousa, Li-Chang. III. Título.

*Este trabalho é um instrumento de luta.*

## AGRADECIMENTOS

Acredito que, em primeiro lugar, preciso reconhecer o privilégio que é fazer um mestrado em uma instituição pública tendo nascido na periferia. Preciso também agradecer a todos que me incentivaram e me mostraram que era possível sonhar.

Sou grata aos meus tios Carlos e Lourdes, em especial a esta última, por me incentivarem desde sempre a conquistar um futuro por meio do estudo. Assim como à minha mãe, Naza, que sempre me deu livros e acompanhou o meu entusiasmo pela escrita e pelas palavras. Eu sei que ainda estou lhe devendo um livro sobre a senhora, mãe.

Aos meus pais adotivos, Cláudio e João, só tenho a agradecer. Vocês foram as primeiras pessoas a reconhecer o meu potencial com a escrita e o meu talento de jornalista. Vocês me mostraram que o mundo não era fácil, mas que era possível sim uma jovem negra de periferia estudar, trabalhar e ter uma vida, mas, principalmente, que era possível sonhar mais alto.

Também agradeço aos meus colegas de turma da M3 por todo apoio e incentivo, em especial à Sâmia que ouviu pacientemente (ou não) todas as minhas crises de desespero achando que não ia terminar. Obrigada, ainda, aos meus professores por acreditarem tanto no potencial do meu produto.

Não poderia deixar de agradecer às minhas orientadoras, Li e Zefinha, por terem acreditado em mim e me encorajado, mesmo quando eu não confiei em mim mesma e escrevi com muitos erros. Me desculpem por todas as vezes que quiseram me matar à distância por quebrar prazos ou colocar mais vírgulas do que deveria ter. O próximo café que tomaremos será apenas para fofocar e agradecer que essa etapa de orientação finalmente acabou!

Aos meus amigos, que de alguma forma contribuíram para que chegasse até aqui, só tenho a agradecer: Laís, Alan, Manu, Dani e Bellz.

Toda essa trajetória não teria sido possível sem a inestimável ajuda, apoio, amor e momentos de desabafo que vocês me proporcionaram: Laila e Imaíra. Como se já não fosse claro o lugar de vocês em meu coração, vocês têm a minha eterna gratidão por absolutamente tudo o que fizeram e ainda fazem por mim, para que eu possa realizar meus sonhos. Obrigada!

À minha mulher, companheira de vida, amor e amante, não existem palavras para expressar o quão grata sou por te ter ao meu lado e me apoiar. Obrigada por todos os dias em

que você teve que lidar com tudo sozinha porque eu estava estudando, obrigada por acreditar tanto no meu potencial, obrigada por apoiar meus sonhos mesmo quando isso envolve passar alguns perrengues. Obrigada por tanto! Vou te recompensar fazendo mais comidas agora.

Por fim, agradeço a cada um dos meus entrevistados pela confiança em mim e por compartilharem suas histórias. Esse trabalho não seria possível sem o relato de vocês.

## RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa aplicada que resultou na elaboração de um livro-reportagem que compreende os eventos que aconteceram durante a rebelião continuada do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em 2013/2014. O livro-reportagem conta histórias de pessoas que vivenciaram a rebelião e aborda os diferentes aspectos do caso. A comoção ao redor do presídio gerou um evento midiático com a espetacularização e a banalização da barbárie. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semiestruturadas individuais com pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema, familiares, funcionários e ex-funcionários do complexo prisional, entre outras pessoas ligadas ao evento, foi elaborado o livro reportagem com base nas discussões sobre a banalização do mal (ARENDETT, 1999), comunicação do grotesco (MUNIZ, 2002) e o histórico pertencimento do negro ao cenário de prisão (FOUCAULT, 2010). O trabalho também analisa, discute e referencia aspectos do jornalismo investigativo e literário. Por meio da pesquisa, foi possível identificar que os eventos do Complexo não foram isolados, mas fazem parte da Crise Penal Brasileira, impulsionada pelo superencarceramento e sucateamento da polícia investigativa. Logo, a barbárie utilizada em Pedrinhas serviu como estratégia de um evento midiático com o objetivo de chamar atenção para os problemas humanitários que as unidades estavam vivenciando.

**Palavras-chave:** Crise Penal, Complexo Penitenciário de Pedrinhas, Rebelião Prisional, Comunicação Grotesca, Banalização da Violência.

## ABSTRACT

This work is an applied research that developed a reportage book that covers the events that happened during the Pedrinhas Complex continued riot in 2013/2014. The reportage book tells stories of people who lived the rebellion and approaches the different aspects of this case. The commotion around the prison generated a media event with the spectacularization and trivialization of barbarism. From bibliographical and documental research, besides semi-structured and individual interviews with persons deprived of liberty, egress from the prisional system, relatives, employers and ex-employers of the penitentiary complex, and other people connected to the event, was developed a reportage book based on discussions about the trivialization of evil (ARENDR, 1999), grotesque communication (MUNIZ, 2002) and the historical belonging of the black people to the prison scenery (FOUCAULT, 2010). This work also analyzes the aspects of the investigative and literary journalism. From the research, it was possible to identify that the events of the Complex were not isolated, but are part of the Prison System Crisis in Brazil, driven by overincarceration and scrapping of the investigative police. Then, the barbarism used on Pedrinhas served as a strategy of a mediatic event with the aim of drawing attention to humanity problems that the units were experiencing.

**Keywords:** Crisis in the Prison System; Penitentiary Complex of Pedrinhas; Prison Riot; Grotesque Communication; Trivialization of Evil.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1 SISTEMA PENAL BRASILEIRO E SUA FUNÇÃO SOCIAL</b>	<b>17</b>
1.1 A PENA E O CAPITALISMO	17
1.2 SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO E RACISMO INSTITUCIONAL	21
1.3 CRISE PENAL	26
<b>2 A REBELIÃO</b>	<b>37</b>
2.1 HISTÓRICO DA PENITENCIÁRIA E SISTEMA MARANHENSE	37
2.2 PEDRINHAS COMO PALCO	53
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>58</b>
3.1 APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO E DO CAMPO	60
3.2 ENTREVISTADOS	65
3.3 PROCESSO DE ESCRITA	72
3.4 EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO	76
<b>4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>77</b>
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>86</b>

*“Em vez de luz tem tiroteio no fim do túnel,  
sempre mais do mesmo” – Renato Russo*

## INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2019, desenvolvi pesquisa de caráter quanti-qualitativo para fins de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão. O objetivo foi desenvolver um livro reportagem sobre a banalização da morte na periferia de São Luís, com discussões acerca do lugar e do destino determinado ao periférico, em especial ao negro periférico, na sociedade. A problemática do trabalho foi centrada no elevado número de mortes violentas e criminalidade nas periferias, a ponto de se tornar lugar comum.

No decorrer da referida pesquisa, chamou-me atenção um aspecto importante: em se tratando de periferias de São Luís – capital do Maranhão – todos os dados e entrevistas coletados diziam respeito, diretamente, ao Complexo Penitenciário São Luís, anteriormente nominado Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A criminalidade periférica está intrinsecamente ligada ao sistema penal, ao ponto de servir como parte da estratégia de organização do “crime”<sup>1</sup> atualmente. Sobretudo, está ligada às barbáries como as chacinas<sup>2</sup> que ocorreram no Complexo, nos anos 2013 e 2014<sup>3</sup>. Uma das maiores crises que o sistema penitenciário do estado teve.

As chacinas ocorridas em Pedrinhas estão entre as dez maiores rebeliões em presídios brasileiros que resultaram em mortes, ao lado de eventos como os de Carandiru-SP e Urso Branco-RO, segundo dados do jornal O Estado de São Paulo. Em dezembro de 2013, foram mortos 22 detentos no complexo penitenciário maranhense, mas o que mais chocou o país foi a divulgação das filmagens de corpos decapitados e os ônibus incendiados na capital. Ao longo daquele ano, foram apuradas mais de 60 mortes dentro da instituição que havia sido projetada para abrigar 1,7 mil pessoas e contava com mais de 3 mil internos à época. A crise foi amplamente divulgada pelos grandes veículos de imprensa nacionais e até mesmo internacionais. Desde o início de 2013 os problemas já eram constantes, mas foi em janeiro o ápice do descontrole da instituição prisional para os espectadores que acompanhavam a rebelião por redes sociais e veículos de imprensa.

---

<sup>1</sup> Nesse contexto, a palavra crime engloba tráfico, facções, crime organizado e até milícia.

<sup>2</sup> Entende-se que é “Uma matança de várias pessoas em grupo, ou reunidas em um determinado local, o termo “chacina” é usado para diferenciar um assassinato violento dos demais crimes de homicídio (...) recebendo o entendimento de que se aplica a partir de três homicídios no mesmo local e hora” (Hermes et al., 2019, p.16)

<sup>3</sup> Entende-se como uma rebelião continuada, que teve início ao longo do ano de 2013, com um grande número de motins e chacinas, e se estendeu até o ano de 2014 quando a crise teve seu auge com cobertura midiática e atuação da Força Nacional.

Durante o caos em Pedrinhas, em 7 de janeiro de 2014, o jornal A Folha de São Paulo divulgou o vídeo de 2 minutos e 32 segundos<sup>4</sup> que mostrou, em meio ao sangue e corpos decapitados, a rebelião “por dentro”. Detentos exibiram cabeças como espécies de troféus. As fotos de corpos aglutinados, esfolados e torturados rodaram o país nos principais meios de comunicação e reacendeu a discussão da problemática da superlotação nas unidades prisionais. Entretanto, após os ataques e a atuação da tropa de choque da Polícia Militar, nenhum trabalho jornalístico de profundidade ou de investigação foi publicado.

O presente trabalho traz relatos sobre como ocorreu a rebelião continuada e as investigações dos fatos por esta pesquisa, além de contar as histórias de familiares e pessoas assassinadas de maneira mais aprofundada e sensível do que foi amplamente divulgado pela mídia nacional na época. Nele, também é narrado o sensacionalismo com que os eventos foram tratados, dificultando uma discussão mais séria a respeito de políticas públicas que pudessem ter sido tomadas, o objetivo era apenas conter a crise.

A partir do material coletado nas apurações, fiz a correlação entre a rebelião intramuro com o pânico generalizado que a população ludovicense vivenciou durante os meses de rebelião, com a queima de ônibus e toques de recolher impostos pelas facções criminosas. Ainda, no livro também é retratado o papel do Estado, tanto estadual quanto federal, durante toda a crise e como a penitenciária se tornou um sistema de produzir cadáveres. Ou seja, o objetivo foi realizar uma das funções mais básicas do jornalismo: contar histórias.

Portanto, parte-se do pressuposto que o produto desta pesquisa, um livro-reportagem, vai, a partir da linguagem híbrida do jornalismo com a literatura, desnudar a história e levantar importantes questões críticas acerca da temática, que se tornou uma mazela social. Um fato que parece estar no passado, há dez anos, mas que tem se mostrado como um problema e que só tem se aprofundado com o comando do crime organizado nos presídios.

Nesse contexto, é importante ressaltar a diferença do tratamento com que o fato será retratado nesta pesquisa. Chacinas em unidades prisionais estampam manchetes utilizando termos como “barbárie” e “carnificina”, além do anúncio de “cenas fortes”. São massacres que não são veiculados como tragédias, a morte das pessoas dentro dos muros não é contabilizada. As pessoas privadas de liberdade são desumanizadas, reduzidas à monstrosidade. Conceitos que amedrontam a população, mas ao mesmo tempo se tornam atrativos, sensacionalistas e grotescos.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1394160-presos-filmam-decapitados-em-penitenciaria-no-maranhao-veja-video.shtml> (Acesso em: 20/09/2021).

Nesta pesquisa, meu olhar e minha escrita não são neutros, nem teria como ser de outra maneira. Situo-me enquanto pessoa que facilmente poderia ser institucionalizada: preta, pobre e de periferia. Assim como vi famílias sofrerem nas periferias, incluo a mim e a minha família neste lugar. Portanto, é impossível não tomar partido nesse contexto de Estado se tornando uma máquina de moer e matar um perfil específico de pessoas.

Com isso, este trabalho e respectivo produto que resultou da pesquisa não utilizam palavras como: preso, interno ou similares. Entendendo a perspectiva de humanização dos sujeitos que estão encarcerados, são utilizados os termos: pessoa privada de liberdade ou pessoa em situação de cárcere. Essa terminologia foi pensada por pesquisadores da área no ensejo de não condicionar a pessoa àquele lugar, mas por entender que o objetivo é que seja um processo transitório.

Outra escolha semântica importante foi chamar o agrupamento de instituições de privação de liberdade de Complexo e não apenas de Pedrinhas, como é popularmente conhecido. Inclusive, por ser a forma como a população o referencia é que o nome Pedrinhas está sendo utilizado, mas com a perspectiva de nome de bairro e não como redução do nome do Complexo. O objetivo é respeitar a reivindicação da população do bairro de desvincular a imagem ruim dos presídios da dos moradores da região, que são apenas parte de uma comunidade periférica rural.

Partindo desse cenário, esta pesquisa parte do problema: *O que tornou o massacre de Pedrinhas tão atrativo, quando o cotidiano e problemas do sistema prisional são negligenciados? Como o grotesco foi utilizado enquanto estratégia para espetacularização e banalização do mal?* Para responder a essa inquietação, questões secundárias surgiram, como: *Quem morreu e por quê? Qual a repercussão dos episódios para os familiares? Como essa tragédia impactou em possíveis mudanças no Sistema Prisional do Maranhão? Como um massacre prisional é construído? Quais os determinantes de uma tragédia anunciada? Por que a sociedade banaliza a situação dos encarcerados?*

Por esse motivo, decidi produzir um livro-reportagem com o recorte nas rebeliões que aconteceram no Complexo Penitenciário de Pedrinhas no ano de 2013 e desdobramentos no início de 2014, a forma como foi divulgado pela mídia e seus efeitos na cidade de São Luís do Maranhão.

A partir do objetivo macro, que é a produção do livro, se desdobram outros objetivos que se integram ao conteúdo do produto: a investigação dos acontecimentos relacionados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em 2013 e 2014, na construção de uma narrativa que aborde causas e desdobramentos; narrar as histórias de familiares de pessoas privadas de liberdade, de maneira mais aprofundada, a partir da experiência de quem vivenciou as inúmeras rebeliões de forma direta ou indireta; poder, assim, utilizar o livro como ferramenta de contribuição para discutir a crise do sistema prisional brasileiro; e, ainda, relacionar o evento midiático de Pedrinhas com a barbárie e estética do grotesco.

A relevância da temática se encontra na desumanização das pessoas privadas de liberdade, como se o superencarceramento resolvesse todos os problemas de segurança da população brasileira. Em 2020, o mundo inteiro precisou ficar confinado por conta de uma pandemia que matou milhares de pessoas. Durante esse período, a valorização da vida nunca esteve tão em alta, porém, não se estendeu aos aprisionados. No Brasil, ao menos 437 pessoas privadas de liberdade e servidores do sistema prisional morreram de Covid-19, segundo o levantamento realizado pelo Consórcio de Veículos de Imprensa<sup>5</sup>. Um número que poderia ter sido bem mais alto, considerando um vírus altamente contagioso e a superlotação dos presídios, porém distante de ser classificado como ideal. Entretanto, nem o Novo Coronavírus foi capaz de fazer com que presos fossem vistos como humanos.

Mais uma vez, o direito básico de reconhecimento da humanidade foi colocado em xeque. Por exemplo, nas redes sociais, a população demonstrou revolta quando foi proposto que fossem colocadas pessoas privadas de liberdade como grupos prioritários da vacinação contra a Covid-19<sup>6</sup>. O que comprova a atualidade da chacina de Pedrinhas, senão pela sua importância histórica, por ser um dos dez maiores massacres em unidades prisionais do Brasil.

O imaginário brasileiro ainda associa prisões a sofrimento e vingança, destinados a um grupo específico da sociedade, uma vez que o perfil traçado das pessoas que estão nos presídios é bem claro, ou melhor, escuro e pobre. O famoso médico brasileiro Drauzio Varella foi certo em sua observação sobre a Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru, quando descreveu um dos ambientes da instituição: “Na parede atrás dela, uma foto do governador. Mais abaixo, um dos diretores, cadeeiro de muitos anos, afixou uma placa de cobre: ‘É mais

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/sistema-prisional-registra-quase-450-obitos-por-covid-19-no-de-servidores-mortos-e-maior-que-o-de-presos.ghtml> (Acesso em: 24/01/2023).

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55360536> (Acesso em: 24/01/2023); <https://www.poder360.com.br/governo/ministerio-da-saude-retira-presos-de-grupo-com-prioridade-para-vacinacao/> (Acesso em: 24/01/2023); <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/por-que-presos-tem-prioridade-na-vacinacao-contr-a-covid-19/> (Acesso em: 24/01/2023).

fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar preso na Casa de Detenção” (Varella, 2001, p.14).

Os massacres que ocorrem dentro de unidades prisionais assumem um papel social, conivente a governos omissos, inertes, irresponsáveis, indiferentes e com o apoio de grande parte da população, empresários e políticos.

Nem todos os fatos que ocorreram no Complexo no ano de 2013 foram esclarecidos. Em outubro daquele ano, o Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (GEOP), a Polícia Militar do Maranhão e o Grupo Tático Aéreo (GTA) realizaram uma invasão para contenção de motim – denominada como Operação Carandiru – na Casa de Detenção de Pedrinhas que iniciou após a descoberta de túnel que seria utilizado para dar fuga a pessoas privadas de liberdade. Ao fim da intervenção, dez pessoas estavam mortas e cerca de 30 feridas, algumas com arma de fogo, sentados ao sol escaldante da quadra poliesportiva. Um grupo de pessoas em cumprimento de pena denunciou a operação à Defensoria Pública Estadual, mas não foi dado nenhum esclarecimento a respeito, segundo a BBC<sup>7</sup>. Este é apenas um dos relatos das inúmeras rebeliões que o Complexo teve desde a de 2010, com o saldo de 18 detentos mortos na época, que também ficaram sem solução.

A criação de um livro-reportagem sobre o Complexo de Pedrinhas se justifica na relevância social de importantes obras desse gênero sobre presídios brasileiros, a exemplo de *Estação Carandiru*, de Dráuzio Varella, e *Presos que Menstruam*, de Nana Queiroz. É falar com uma linguagem humana sobre corpos que já deixaram de ser considerados pessoas há muito tempo. Vidas perdidas, mesmo que ainda não morreram, como aborda o autor Gabriel Michels, no livro *Presídio Central*.

Não existe nenhuma produção mais humanizada a respeito da chacina de Pedrinhas. Apenas a cobertura midiática foi estudada dentro do campo da Comunicação. Além disso, a maioria das pesquisas de Comunicação sobre mídia e criminalidade estão no eixo Sul-Sudeste do país, sendo que, dentre os dez maiores massacres em unidades prisionais, sete aconteceram nas regiões Norte e Nordeste. Não existe nenhuma pesquisa que relacione diretamente o grotesco – chocante, entre a forma que a mídia divulga chacinas.

Por fim, como diferencial importante, está o fato de essa pesquisa ter sido realizada por uma profissional de Comunicação. Por esta razão, tenho o compromisso de investigar e construir uma narrativa que aborde as diversas causas e desdobramentos. Só existem dois tipos de materiais sobre as rebeliões de Pedrinhas: notícias curtas e sem levar a rebelião continuadas

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140114\\_pedrinhas\\_presos\\_jf\\_dg](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140114_pedrinhas_presos_jf_dg) (Acesso em: 26/03/2022).

e os problemas históricos em consideração, criadas mais como uma resposta imediata; e materiais acadêmicos ou relatórios que trazem muitos dados e informações, mas se encontram distantes e inacessíveis para a população. Meu propósito foi unir tudo isso e transformar em narrativa.

Assim, diante de todas essas considerações, este relatório está estruturado da seguinte forma: primeiro, dois capítulos que abordam discussões teóricas relevantes para essa pesquisa: um sobre a função punitiva do sistema penal e outro sobre a contextualização do caso do Complexo de Pedrinhas. Em seguida, outros três capítulos que abordarão: a proposta do livro-reportagem, o percurso metodológico e a descrição do produto.

## **1 SISTEMA PENAL BRASILEIRO E SUA FUNÇÃO SOCIAL**

### **1.1 A PENA E O CAPITALISMO**

Para entender o processo histórico que culminou com os motins sangrentos do Complexo, é preciso entender a origem do sistema punitivo. Desde o início da vida em sociedade, para estabelecer o convívio, foram implementadas punições a todos aqueles que, de algum modo, perturbavam ou impossibilitavam a harmonia entre os seres humanos (Santiago, 2011). Em muitos momentos essa punição foi a morte, senão tortura ou escravidão.

Os relatos mais antigos de punições previstas em códigos de conduta civis foram o compilado de Hamurabi e as leis estipuladas por Moisés no Pentateuco Bíblico. O primeiro, expresso pelo princípio da Lei de Talião, foi editado pelo antigo rei da Babilônia, ainda no século XVIII a.C., Khammu-rabi. As leis defendiam a justa proporção entre o mal causado e sua punição – conhecidas pelo ditado “olho por olho, dente por dente” – além de já preverem direitos sociais como à propriedade, à família, à vida, entre outros (Matzenbacker, 2016). Inclusive, o atentado à propriedade privada foi um dos primeiros crimes da história a serem tipificados: o roubo, o furto etc. Mirabete (2014) conceitua a evolução do sistema punitivo como parte fortalecedora de um sistema maior, culminando na possibilidade de o castigo ser pago por meio da compra da liberdade com moedas ou outros bens como gado, terras e posses.

Neste tipo de sociedade, a prisão assume um local de espera pela execução, servia apenas como espaço para abrigar a pessoa até que a pena de morte fosse cumprida (Santiago, 2011). Bitencourt (2005) afirma que, para além desta finalidade, a prisão também era local de tortura. Ele considera que a pena aparece com o objetivo de infringir o castigo, seja ele aplicado

aos escravos pela sua desobediência, ou como manifestação da superioridade do senhor, o qual tem sobre o escravo um direito de vida e de morte.

Ainda nesta época, é possível perceber o quanto a questão de classes influenciou na evolução da história penal, impactando até os dias de hoje, como o caso do Complexo de Pedrinhas. Utilizando o compilado de Hamurabi como exemplo, as classes mais altas, quando estavam previstas penalidades físicas, eram leves, enquanto as classes mais vulnerabilizadas, como a de escravo, as penas físicas eram sempre mais pesadas, geralmente com morte ou mutilação. A pena de morte era a mais utilizada como resposta a uma conduta considerada ofensiva, com os meios mais comuns como: afogamento, empalação, fogueira ou forca.

Já o Pentateuco continha leis muito parecidas com o de Hamurabi, como punições tipificadas para os crimes e defesa dos direitos individuais. Estes dois, somados ao código de Manu, são reconhecidos como a origem do Direito moderno. Para Mirabete (2014), dessa forma nasce a fase da vingança divina. O delito e o castigo saem apenas da esfera social para atingir uma esfera moral e, até mesmo, sobre-humana. “Os efeitos das regras resultavam do hábito, e a sua obrigatoriedade esteve assentada no temor religioso ou mágico de cada civilização” (Santiago, 2011, p. 19).

Assim, o Estado traz para si a função de regulação do direito punitivo, infringindo, por muitas vezes, sanções extremamente severas para servir de exemplo social e inibir práticas semelhantes. O Estado, como inquisidor, justificava uma proteção soberana e buscava meios cruéis e desumanos para punir transgressores. “Uma vez sentenciado, o homem deixa de ser humano. Passa a ser tratado como um animal” (Matzenbacker, 2016, p. 3). É a partir desta perspectiva que os prisioneiros começam a ser tratados como uma nova categoria: a de sub-humanos. Não muito distante do pensamento preconceituoso que permanece até hoje. Durante a rebelião continuada no Complexo, a imprensa e, consecutivamente, a sociedade, só pressionou mais o Estado por mudanças quando os sub-humanos atacaram os cidadãos fora dos muros dos presídios.

Seguindo o histórico do sistema punitivo, os Hebreus, liderados por Moisés, 1.300 a.C., estabeleciam como principais delitos ações que atentavam contra: “a Divindade, o seu semelhante, a honestidade, a propriedade e a honra, havendo diversas maneiras de se executar as penas, tais como: a lapidação, a morte pelo fogo, a decapitação, etc.” (Santiago, 2011, p.24). A pena capital, nesta época, continua sendo o principal meio de punição.

Essas formações sociais, marcadas pelo regime de punição, vão se transformando ao longo dos séculos. Somente na civilização greco-romana que surgem novas ideias a respeito da pena e prisão. Os ideais de Platão previam a prisão como pena, tendo sido implantada na sociedade (Santiago, 2011). Os gregos e romanos utilizavam a pena e a prisão principalmente com motivação socioeconômica, ou seja, punição para o pagamento de dívidas.

Entretanto, a pena era vista como uma espécie de vingança, concebida como obrigação religiosa, educativa e sagrada. Nessas civilizações a prisão era pouco utilizada, sendo a pena de morte ou escravidão as mais comuns. Os locais que serviam de prisões geralmente eram improvisados e com péssima estrutura como calabouços ou construções em ruínas, pois entendiam que ao ser preso, a vida daquela pessoa não teria mais nenhum valor (Santiago, 2011).

Com a chegada da Idade Média, se aprofunda cada vez mais a questão de classes e o poderio da igreja. Esta última é quem decidia quem eram os desviados, criminosos e marginais, relacionando o delito ao pecado e a punição ao castigo divino. A prisão como conhecemos hoje teve início nesta época, com locais de punição criados para a expiação de pecados, geralmente em conventos e mosteiros. Contudo, a privação de liberdade também era um privilégio de classes sociais, pouco utilizado.

A privação da liberdade continua a ter uma finalidade custodial, aplicável àqueles que seriam submetidos aos mais terríveis tormentos exigidos por um povo ávido de distrações bárbaras e sangrentas. A amputação de braços, pernas, olhos, língua, mutilações diversas, queima de carne a fogo, e a morte, em suas mais variadas formas, ainda constituem o espetáculo favorito das multidões desse período histórico (Santiago, 2011, p.30).

A organização do poder punitivo era toda centrada nas mãos de uma pessoa, como resultado do absolutismo e união dos senhores feudais. De acordo com Foucault, o suplício penal corresponde ao excesso de punições corporais como produção diferenciada de sofrimento. É como um ritual para a marcação das vítimas e manifestação de poder. Surge aí o início da ressocialização. Não somente o castigo era atribuído, mas todo um caráter preventivo de pena, de forma marcante, para que os apenados tomassem consciência sobre o poder reinante sobre elas. Nessa época também inexistia um processo de julgamento, uma simples denúncia era suficiente para que o acusado sofresse penas físicas. A condenação não era realizada por meio da gravidade do delito cometido, mas as penas passavam de brandas a pesadas de acordo com quem a pessoa era, ou seja, a qual classe pertencia (Santiago, 2011).

Os locais de privação de liberdade desta época eram insalubres. A sujeira, falta de higiene, promiscuidade e a alimentação tornava estes locais infectados, onde os presos, muitas

vezes, nem conseguiam aguardar pela pena capital e pereciam. A alimentação era dada pelos familiares, ou seja, caso a família /fosse pobre, o preso morria de fome. A situação era tão drástica que não era possível que alguém conseguisse sobreviver por mais oito dias. Por mais que as leis tenham evoluído ao longo dos séculos, como será tratado mais à frente neste trabalho, a descrição dos locais de privação de liberdade desta época se assemelha muito às condições do Complexo de Pedrinhas, narradas em relatórios. O que significa dizer que é como se o sistema prisional do Maranhão tivesse voltado no tempo para a Idade Média.

Em linhas gerais, dá para se aferir que: 1) a relação entre classes foi predominante em toda a história punitiva; e que 2) a religião e condutas normativas baseadas na moralidade desumanizavam quem cometia delitos, tirando o valor da vida dessa pessoa e justificando quaisquer atrocidades que pudessem ser realizadas.

Com a decadência desse antigo sistema e a ascendência dos movimentos que construíram as bases das sociedades liberais democráticas como o iluminismo, o renascimento, as reformas e o advento da burguesia, surgiram os ideais críticos e humanitários.

Os ideais burgueses encabeçados pela Revolução Francesa, propagados pelas mentes mais férteis da Europa não comportavam mais a concepção de prisões como um local de confinamento até que a pessoa fosse levada ao sacrifício. O pensamento racional se sobrepõe à crença religiosa, com um caráter mais utilitarista.

São ampliadas, então, as instituições de correção como ferramentas para diminuição da criminalidade. As chamadas *workhouses* (casas de trabalho) já existiam, mas ganham mais importância neste novo modelo de sociedade.

Compreende-se que todos os países “civilizados” seguiriam estes ideais burgueses e humanitários. Reformar a pessoa privada de liberdade e trazê-la de volta de forma produtiva, além de prevenir que cometa outros crimes, também servia como bom exemplo para outros criminosos (Boaçalhe, 2007). Essa virada de pensamento ocorreu por considerar as pessoas privadas de liberdade como potencial mão de obra produtiva. O capitalismo impôs a necessidade de utilizar uma mão de obra a custo praticamente zero, considerando que aquelas pessoas são excedentes produtivos, com o discurso da ressocialização, reforçada ainda mais com o advento da Revolução Industrial. A própria inserção no mercado de trabalho após o cárcere cumpre o mesmo objetivo capitalista, nesse caso, a mão de obra barateada.

A relação da sociedade com sistemas punitivos tem se aprofundado nesses ideais. O

sentimento de segurança e defesa da propriedade para a sociedade está pautado em trazer aquela pessoa novamente para o ciclo produtivo. A Lei de Execução Penal, no art. 28 prevê que “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (Brasil, 1984, p. 5). Logo,

essa forma de ressocialização não deixa de não ser uma lógica do mercado, ou seja, repassar para as prisões as necessidades da sociedade capitalista, assim como um duplo controle quanto ao apenado, esse duplo controle seria realizado primeiro com a imposição de determinada pena a ser cumprida e depois o oriundo da utilização do trabalho nesse meio (Silva, 2020, p.62).

Ademais, o trabalho durante cumprimento de pena, dentro das prisões, também é caracterizado enquanto necessidade da sociedade capitalista sob o enfoque do custo-benefício, como meio menos oneroso (Harada apud Silva, 2020). Por mais que o discurso que tenha encabeçado a mudança de perspectiva penal tenha sido humanitário, a prática é a tentativa de um processo lucrativo.

Também seria ingênuo pensar que a pena privativa de liberdade surgiu ó porque (sic) a pena de morte estava em crise ou porque se queria criar uma pena que se ajustasse melhor a um processo geral de humanização ou, ainda, que pudesse conseguir a recuperação do criminoso. Esse tipo de análise incorreria no erro de ser excessivamente abstrato (Bitencourt, 2005, p. 27).

Com isso, o que se viu na prática foi completamente diferente. Os locais de punição passaram a “fabricar delinquentes, o sujeito se via preso por uma tentativa de furto e saía um perito em armas de fogo, quando não um ladrão ou mesmo um homicida” (Boaçalhe, 2007, p. 43). A ressocialização por meio do trabalho tem fracassado em seu objetivo primário – evitar a criminalidade – e fortalecido um sistema de subjugação dos mais pobres.

Trazendo para o caso do Maranhão, em 2013, a lógica da prisão estava servindo apenas como depósito de sub-humanos para que morressem lá dentro por conta das inúmeras violações dos Direitos Humanos. Não existia, praticamente, a possibilidade de a pessoa ser reinserida na sociedade por não ter atividades de ressocialização por meio da educação ou do trabalho.

## 1.2 SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO E RACISMO INSTITUCIONAL

O início da história punitiva do Brasil foi com a garantia do poderio da nobreza, enquanto bastardos, carijós, mulatos e negros “precisam” de punições mais severas a fim de coibir a criminalidade, como está presente na Carta Régia de 1731. Como se a criminalidade estivesse inerente a este grupo específico. Infelizmente, quase três séculos depois, o pensamento permanece.

No Brasil, atualmente, a dificuldade da implementação de uma ressocialização de fato se aprofunda por conta das mazelas históricas. Por conta do período de colonialismo e dos extensos anos de atividades escravagistas, aliados à grande quantidade de negros no país, classes sociais bem demarcadas com a latente desigualdade social, o castigo enquanto categoria punitiva sempre esteve presente para aqueles que são marginalizados.

O conhecimento criminológico brasileiro foi importado acriticamente, como resultado do poder de elites aristocráticas (Silva, 2018). Considerando que o Brasil sofre os efeitos da colonialidade, os brancos (classe dominante historicamente) criaram novas identidades para aqueles diferentes fenotipicamente: indígenas, negros e outros. A raça, neste caso, sempre foi fundamental na formação de classes da sociedade. Ela assume o papel de ideologia, governo e controle (Silva, 2018). Dessa forma, as estruturas punitivas foram pensadas para favorecer as classes dominantes e punir as classes vulnerabilizadas, uma estrutura de manutenção de poder, cópia do pensamento europeu burguês e capitalista.

Com a distinção da classificação entre o “bem” e o “mal”, impulsionada pelo modo de vida capitalista e a desigualdade social por ele provocada, resulta na criação de uma nova classe social: a dos delinquentes (Marx apud Santiago, 2011).

Essa classe se revela nos dados do Infopen<sup>8</sup> que, atualmente, apontam que 67% da população carcerária é negra, enquanto na população brasileira em geral a proporção de negros é significativamente menor (51%). Quanto à instrução, 53% não chegaram nem a completar o ensino fundamental, outros 15% nem sequer tiveram acesso à educação de maneira convencional. Considerando a formação das classes sociais brasileiras, a partir destes dados é possível inferir que a maioria também está em situação de vulnerabilidade social, uma vez que a instrução está atrelada à garantia de empregos com salários mais altos. É um recorte social em que a pessoa já nasce com toda a probabilidade de uma vida na marginalidade<sup>9</sup>.

Este lugar também é reafirmado pelo código de 1940. As classes mais favorecidas economicamente quase sempre têm a possibilidade do pagamento de multa como forma de evitar o cárcere. Possibilidade que está vedada àqueles que pertencem às classes menos

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias> (Acesso em: 18/07/2022)

<sup>9</sup> Marginalização Social é a exclusão da sociedade e inferiorização de indivíduos. Ou seja, é estar à margem da sociedade. São resultados de processos sociais, econômicos e políticos que impedem indivíduos de fazer parte de determinados grupos ou ter acesso a direitos básicos.

favorecidas (Santiago, 2009).

A criminalidade, não somente a prisão, parece estar imposta às classes mais vulnerabilizadas. Dados de 2012, da campanha Jovem Negro Vivo da Anistia Internacional, mostram que das 56 mil pessoas que foram mortas por homicídio violento no Brasil, 30 mil são jovens entre 15 e 29 anos e, desse total, 77% são negros (Souza, 2019). O Maranhão segue o mesmo perfil, como é possível observar no gráfico abaixo:

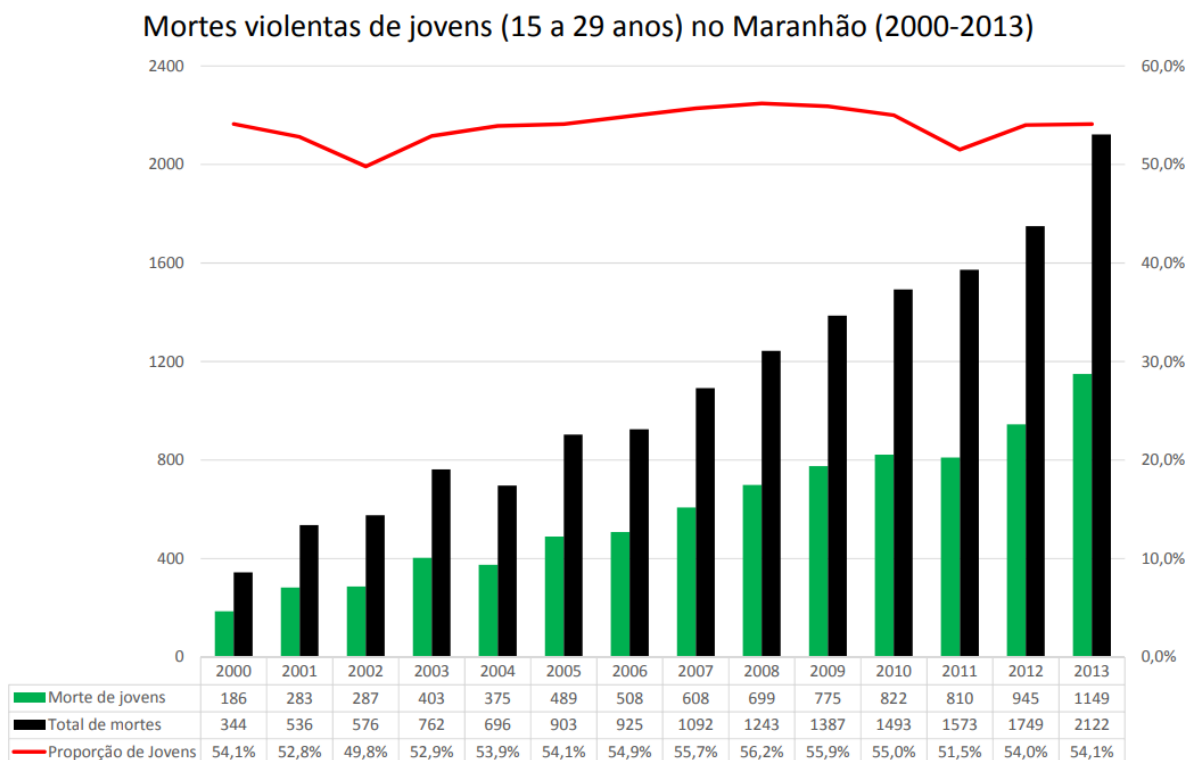


Figura 1- Gráfico que demonstra perfil de pessoas que mais são assinadas no país. Fonte: SMDH.

A maioria das vítimas classificadas como mortas em homicídios são homens, negros e jovens. O Atlas da Violência de 2019 aponta que de 2007 a 2017 a taxa de homicídio de homens entre 15 e 29 anos aumentou 79,6% e, que a cada 100 pessoas assassinadas no Maranhão, 91 delas são negras (Souza, 2019).

No Maranhão, os dados são ainda mais expressivos em um período pré-rebelião de 2013 no Complexo. Segundo a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), homens, negros e jovens representam 92,9% dentre as vítimas de mortes violentas no período 2000-2012, como é possível ver no gráfico abaixo. Neste período, os negros constituíam 76,2% da população maranhense, segundo o Censo de 2010, mas representaram 85% das vítimas fatais no período 2000-2012.

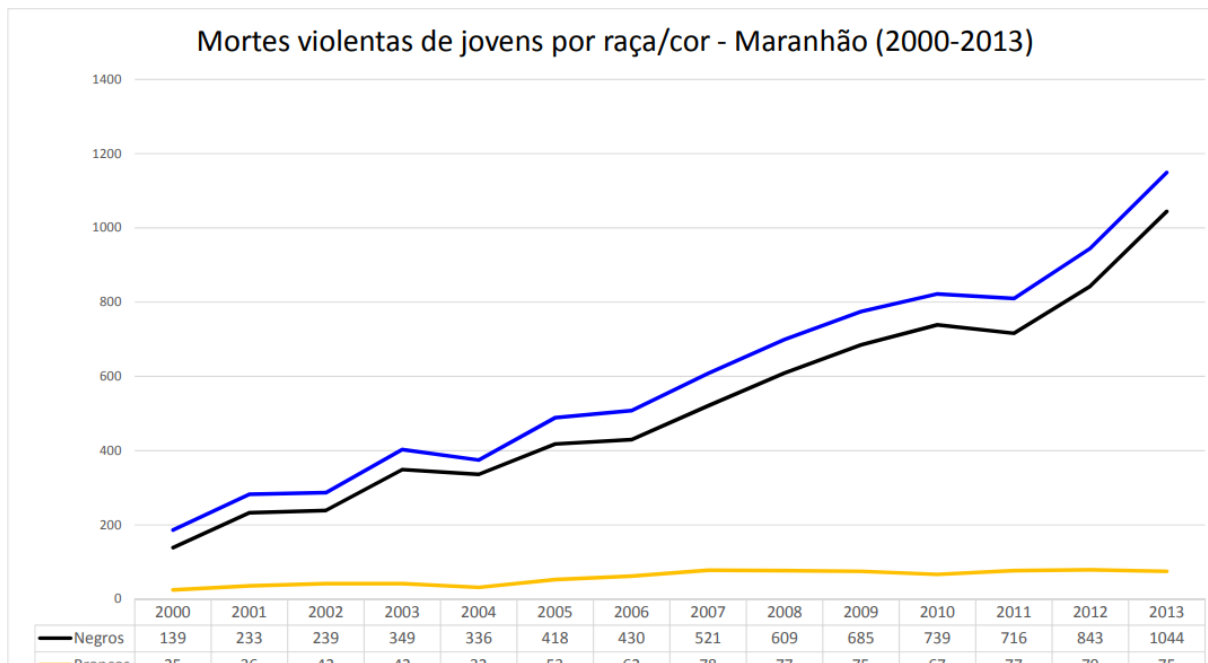


Figura 2 - Gráfico que demonstra os homicídios violentos por cor. Fonte: SMDH.

Os dados se repetem quando se trata de pessoas privadas de liberdade. Um estudo que analisou as 15 mortes que ocorreram no começo de outubro de 2013 no Complexo Penitenciário de Pedrinhas constatou que, dessas pessoas, 14 eram pretas ou pardas, a partir de dados coletados pela polícia no momento da captura (Silva, 2018). O mesmo estudo também indicou que os dados sobre raça sofrem um processo de apagamento das páginas oficiais, que aparecem sempre como dados periféricos, como algo que não deve ou precisa ser levado em consideração. Contudo, essa informação não gera surpresa pelo fato de o Maranhão ter, atualmente, a segunda maior população de negros do país segundo o Censo de 2022. Já no sistema penitenciário maranhense, 71,7% são negros (Ministério da Justiça, 2014).

A maioria dos mortos também vieram de bairros pobres da ilha de São Luís. Muitos traziam nos boletins de vida progressa<sup>10</sup> informações como: “nível social dos vizinhos: classe baixa”. “A criminalização da pobreza é outro traço estrutural do sistema penal que se faz

<sup>10</sup> Documento que consta do inquérito policial, anexado após o interrogatório realizado na delegacia, que se trata de um questionário preenchido com dados do acusado.

presente nos processos dos mortos de Pedrinhas” (Silva, 2018, p. 216). Os bairros e o nível econômico apenas são mencionados nos processos dessas pessoas como forma de associação ao crime. É como se, apenas pelo fato de a pessoa residir em um bairro periférico, já estivesse comprovada a prática ou delito criminoso.

A permanência de negros em favelas e regiões periféricas de cidades brasileiras acontece de forma contínua, fruto de um processo histórico, econômico, político e social, que os segregou nesses lugares determinados. Em geral, a estrutura desses locais é precária, com carência de políticas públicas de trabalho e renda; ausência de saneamento básico; construção desordenada; além da precariedade na infraestrutura de ruas, transporte público, escolas, postos de saúde, hospitais e equipamentos públicos de lazer. Local também foco do olhar repressivo-criminalizador (Silva, 2018). Jovens negros ou pardos são os alvos preferenciais da polícia, enquanto as periferias o ponto de maior vigilância ou perseguição, que ocorreriam baseados em três princípios: o racismo institucional, que permite a atuação policial; o filtro racial, que define o pobre e negro como marginal; e a cegueira racial, que justifica a violência policial e a brutalidade com a qual ocorrem as violações de Direitos Humanos.

Muito além da prática discriminatória do racismo de forma direta e individual, como o racismo chamado individualista que é composto de atitudes de repúdio como agressões, o racismo que se apresenta na relação entre o Estado e o indivíduo é o racismo institucional. Dessa forma, “Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (Almeida, 2019, p. 25 e 26). Com isso, é possível afirmar que o racismo não existe em uma sociedade apenas como ação isolada de indivíduos ou grupos racistas, mas que a própria estrutura é parte das instituições de Estado. Estas instituições são hegemonicamente dominadas por determinado grupo racial “que utilizam os mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (Almeida, 2019, p. 27).

Por este motivo, a preocupação com o bem-estar e a garantia de direitos para as pessoas privadas de liberdade não é interessante para as “pessoas de bem” que detêm o poder dos mecanismos de controle social, pois este local não está destinado a eles, mas a uma classe que precisa ser exterminada, de acordo com os parâmetros civilizatórios:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia

do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. - e instituições privadas - por exemplo, diretoria de empresas - depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (Almeida, 2019, p. 27 e 28)

O racismo institucional é demonstrado nas condições insalubres das penitenciárias e casas de detenção brasileiras. Um bom indicativo é a superlotação desses locais. A taxa de ocupação nas unidades prisionais do Brasil é de 171,62%, segundo dados do Infopen de 2018, com um déficit de vagas de 303.112. O que, além de demonstrar a superlotação, é uma taxa mais alta que a dos países que lideram o ranking mundial de encarceramento: Estados Unidos e China.

A discussão sobre a solução dos problemas para o sistema prisional brasileiro, como a superlotação, tem sempre girado em torno da criação de novas vagas. Contudo, o problema não é a falta de vagas, mas a lógica por trás do superencarceramento. Cada vez mais pessoas são presas: o número de pessoas privadas de liberdade no país aumentou cerca de 700% de 1990 a 2016, saltando de aproximadamente 90 mil para mais de 726 mil (Ministério da Justiça, 2017). No Maranhão, o aumento foi de 31,6% entre 2007 e 2013 (Ministério da Justiça, 2014). O superencarceramento tem sido a resposta para uma demanda social de insegurança, onde a única saída seria uma maior severidade ao sistema penal (Silva, 2018). O resultado tem sido uma onda punitiva de contenção repressiva dos pobres em massa.

Dessa forma, com a ausência de políticas públicas que evitem o encarceramento, o sistema penal entra em colapso, ao mesmo tempo que deixa de cumprir a sua função primordial: contenção e ressocialização para posterior reinserção na sociedade.

### 1.3 CRISE PENAL

O termo crise penal tem estado desgastado pelo uso, embora uma crise devesse ser um conceito passageiro e não um estado permanente como tem se demonstrado.

As políticas públicas são direcionadas pela opinião pública e, na opinião de todos, a prisão é um fracasso. Não um fracasso unicamente para os indivíduos, mas também para a sociedade, que não imagina outra coisa, a não ser o encarceramento, para punir uma pessoa delinquente. Isso acontece porque a sociedade se sente segura com a prisão dos indivíduos considerados perigosos. Ao mesmo tempo, são somente os pobres que estão presos, não pelo fato de serem mais perigosos, mas porque a prisão é uma consequência (sic) da pobreza, da ausência de recursos e de educação (Mayer, 2006, p.64).

Com isto, a discussão sempre permeia a questão do custo das pessoas privadas de liberdade para o país. Considerando que, historicamente, esse grupo é classificado como merecedor de punição e que deveria ser permanentemente banido do convívio social como forma de garantir a segurança da população. A existência deste custo, portanto, não é tolerada. Nos últimos anos, no Brasil, esse foi um dos catalisadores para a ascensão política do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro: o de que o povo estava sustentando “vagabundos”.

Durante a divulgação sobre o caos em Pedrinhas, vídeos foram compartilhados em dois dos maiores portais de notícias brasileiros: A Folha de São Paulo e o Estadão. Um estudo que catalogou os comentários dessas publicações, apontou que o teor dos “comentários sinalizam hostilidade, agressividade e, até mesmo, ódio pelas pessoas aprisionadas” (Souza, 2022, p. 14, no prelo). Uma das categorias analisadas foi o cenário crescente do discurso fascista. Mesmo que o evento de Pedrinhas tenha ocorrido em 2013 e 2014, em um período pré-golpe na Presidência da República de 2016, o nome de Bolsonaro e seus valores propagados apareceram em evidência:

Aliado a falas contra os direitos humanos, os comentários das classes 2 e 3 fazem um panorama do crescente fascismo no Brasil. Criam o cenário pré-golpe de 2016 e a ascensão de Jair Bolsonaro, eleito em 2018 com a promessa de que ia “acabar com as regalias de vagabundos”. Até mesmo as palavras que aparecem em maior destaque como “roubar”, “estuprar” e “latrocínio” são, em sua maioria, paráfrase do posicionamento de Bolsonaro sobre Pedrinhas na época, quando afirmou em entrevista coletiva que: “A única coisa boa do Maranhão é o presídio de Pedrinhas. É só você não estuprar, não sequestrar, não praticar latrocínio que tu não vai para lá. Vai dar vida boa para aqueles canalhas?”. O teor desses comentários segue o mesmo posicionamento. (Souza, 2022, p.17, no prelo).

Esse tipo de discurso distingue as pessoas de bem, aquelas que não pertencem à ambientes de privação de liberdade, das pessoas más, aquelas que devem ser banidas completamente do convívio em sociedade e, sobretudo, exterminadas. Nesse sentido, é considerado como um estorvo que essas pessoas de bem paguem, por meio de impostos, para que as pessoas más continuem vivas.



sistema prisional é absurdo (Nunes, 2005). Portanto, cada vez mais são necessárias justificativas para a manutenção de iniciativas de garantia dos direitos de pessoas privadas de liberdade. Esse é, atualmente, o movimento realizado pelas propagandas de boa gestão penitenciária: a ressocialização por meio do estudo e do trabalho como redução de custos. Inclusive, esta tem sido a estratégia de mudança de imagem do Complexo Penitenciário São Luís, antigo Pedrinhas. O Governo do Estado do Maranhão, nos últimos anos, tem investido em publicidade com dados sobre os programas de ressocialização por meio do estudo e do trabalho<sup>11</sup>.

Por outro lado, no âmbito da Segurança Pública (como se o Sistema Penal e a Segurança Pública fossem políticas separadas) as manchetes abordam valores gastos em armamento, munição e contratação de policiais<sup>12</sup>. A resposta para acabar com todo o problema de insegurança da população são mais armas e uma forte militarização. Essa é a mesma política adotada também em instituições de privação de liberdade para a contenção das possíveis crises. Arendt (1999) destaca que a paz incorporada como política na esfera pública não é resultado da guerra, do armistício, mas sim uma construção social. Posto isso, é possível afirmar que a paz não pode ser construída nos territórios com reforço aos esforços de guerra, pois é assim que tem sido tratado o assunto, uma guerra urbana.

Em 2016, dados do Fórum Nacional de Segurança Pública mostraram que a taxa de homicídios violentos no Brasil era maior do que países em guerra. Em 2015, 58 mil pessoas foram assassinadas no país, praticamente 170 homicídios por dia. É como se a cada nove minutos uma pessoa fosse morta violentamente, traduzindo o significado de guerra que está, majoritariamente, centrada em periferias. O estudo demonstrou que na Síria, em quatro anos, morreram 256 mil pessoas em um conflito que estava acirrado. Já no Brasil, no mesmo período, morreram 279 mil.

Relacionando a guerra urbana ao superencarceramento, temos um perfil de pessoas que está destinado a morrer ou a ser preso de acordo com o seu endereço, classe social e cor de pele. Ou seja, é negado o acesso a um futuro digno. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça de 2022, a população carcerária do Brasil já ultrapassou 919 mil pessoas. Com isso, o país mantém o 3º lugar no ranking de países com a maior população carcerária, perdendo apenas

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/maranhao-e-lider-na-oferta-de-educacao-e-trabalho-a-pessoas-privadas-de-liberdade> (Acesso em: 29/01/2023); <https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=322272> (Acesso em: 29/01/2023).

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/para-fortalecer-seguranca-governo-do-maranhao-investe-em-valorizacao-policial/> (Acesso em: 04/03/2023).

para Estados Unidos e China. Esse número bate o recorde de pessoas encarceradas no Brasil, antes disso o maior número era o de 2019 com 755 mil presos. Enquanto isso, o aprisionamento em massa não gera efeitos práticos na segurança da população ou de coerção da criminalidade.

O que agrava os dados de aprisionamento é que, atualmente, 45% são de presos provisórios. Ou seja, são pessoas que já estão em cumprimento de pena, que sequer foi imposta ainda, sem o direito ao julgamento. Ainda segundo o Depen, o crime que mais leva as pessoas à prisão é o tráfico de drogas, com 28% do total da população de presos. Se somados os crimes de roubos e furtos, o percentual de pessoas presas chega a 37%. Homicídios representam 11% dos crimes que levam à prisão.

A partir desses dados é possível fazer um diagnóstico sobre o perfil do encarceramento brasileiro: a pessoa comete um delito como tráfico de drogas ou furto, um crime sem violência. Entretanto, a depender do bairro onde mora ou de suas características físicas, é encarcerada provisoriamente. Por conta da superlotação e emparelhamento das instituições, passa anos sem ter acesso a apoio jurídico decente, tampouco a família tem condições de pagar um advogado particular ou a fiança. Ao mesmo tempo, essa pessoa também é abandonada por uma boa parte da família ou amigos. Por estar sozinha, e para se proteger, percebe que é mais fácil a convivência no presídio caso esteja em um grupo que, muitas vezes, se apresenta na forma de crime organizado. Quando finalmente sai da prisão, com progressão de pena prejudicada e sem ter tido acesso a um programa de ressocialização decente, reincide no crime, dessa vez com agravante de ser um crime violento como roubo, latrocínio ou homicídio. Latrocínio, que é o roubo seguido de morte, pode chegar a maior pena do Código Civil Brasileiro, que é de 30 anos de reclusão.

Essa história poderia ser a exceção, mas, infelizmente tem sido a regra. Os dados apontados acima demonstram que não é possível promover um programa de reinserção da pessoa no convívio em sociedade por conta da superlotação. Ademais, demonstram que as pessoas não estão tendo acesso a defesa ou assessoria jurídica com os dados de presos provisórios. E, por fim, também demonstram que a política encarceradora do Estado tem fortalecido a criminalidade ao invés de coibi-la.

A Lei de Execução Penal é considerada de vanguarda sobre a questão penal. Com a legislação atual do Brasil, não faltam a formulação de leis para a garantia dos direitos de pessoas privadas de liberdade ou para a reinserção deste público no convívio em sociedade, falta o

cumprimento dessa legislação de forma efetiva. Atualmente, temos boas leis, mas que não são aplicadas na prática. A Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, atual e vigente LEP “se baseia na efetivação da execução penal como sendo forma de preservação dos bens jurídicos e de reincorporação do homem que praticou um delito à comunidade” (Santiago, 2011 p. 61). O documento garante, entre outros direitos, assistências educacionais, de saúde, jurídica, religiosa e social. Todo esse arcabouço deveria ser o necessário para garantir a diminuição do encarceramento, mas não tem atendido ao seu propósito, pelo que se vê nas unidades prisionais. Atualmente, o Estado viola os direitos e garantias dos indivíduos que estão em cumprimento de pena.

Levando em consideração apenas o caso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em 2013, os relatórios que serão apresentados no item a seguir apontam que a instituição não garantia o acesso à assistência de saúde. Quanto à educação, apenas uma pequena parcela das pessoas tinha acesso. A comida vinha estragada, as condições de higiene eram horrendas, ao ponto de existirem esgotos a céu aberto e as pessoas precisavam conviver com ratos e baratas. Somado a isso a superlotação, instalações destruídas, a falta de atendimento jurídico e da possibilidade de progressão de pena. O caso de Pedrinhas aqui é usado apenas para ilustrar, mas a realidade é que quase todas as instituições para cumprimento de pena no Brasil estavam se não na mesma situação, em uma bem parecida.

Machado (2013) destaca que o modelo de pena privativa de liberdade entrou em falência em diversos sistemas prisionais. O autor descreve as instituições de privação de liberdade como “cruéis masmorras, onde se encontram presos provisórios (sem condenação em definitivo) misturados com condenados, empilhados num espaço físico mínimo, prevalecendo o mais absoluto caos” (Machado, 2013, p. 2). A crise denunciada por Machado é um problema de anos atrás. Dotti (2003) enumera diversos fatores que contribuía para esta crise, dentre eles a inflação legislativa, a carência dos estabelecimentos penais, a necessidade de lei complementar etc. Contudo, cabe ressaltar um dos fatores prioritários, a falência das estruturas de apoio do sistema penal:

A improbidade administrativa, a insensibilidade gerencial, a indiferença humana e a hostilidade burocrática são as coordenadas do abandono a que foram reduzidas as estruturas das Delegacias de Polícia, dos Juízos e Tribunais criminais, dos estabelecimentos e das instituições penais (Dotti, 2003, p. 3).

Logo, entende-se que a crise do sistema penitenciário é muito mais profunda e grave, pois trata-se de toda uma estrutura abandonada, insensível e hostil. Um levantamento realizado por Machado (2013) sobre os principais problemas que as instituições prisionais apresentavam

aponta que os principais são: a) superlotação carcerária; b) elevado índice de reincidência; c) ociosidade ou inatividade forçada; d) condições de vida precárias; e) higiene dos presos precária; f) grande consumo de drogas; g) negação de acesso à assistência jurídica e ao atendimento médico, dentário e psicológico aos reclusos; h) ambiente propício à violência física e sexual; i) efeitos sociológicos e psicológicos negativos produzidos pelo encarceramento.

Com essa lista, é possível perceber que o caso de Pedrinhas em 2013 não foi um evento isolado, como se essa fosse uma única penitenciária problemática no Brasil inteiro e que abrigava pessoas muito más, como foi divulgado na época utilizando o recurso da barbárie para fomentar esse discurso.

Sobre o problema da superlotação, que parece ter se tornado a regra dos estabelecimentos de cumprimento de pena, Machado (2013) considera como uma das principais formas de tortura que podem ser infringidas nesse contexto.

Por exemplo, o mais marcante episódio da crise penal brasileira foi o massacre ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru, em 1992. A instituição tinha o objetivo de ser o maior presídio da América Latina, com vagas para 3,5 mil pessoas, mas acabou abrigando mais de 8 mil. Ocorreu uma rebelião, na qual uma das grandes causas foi a superlotação, que resultou no assassinato de 111 pessoas (Nerys, 2018). Segundo a atual Constituição Brasileira, é dever do Estado zelar pela integridade das pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade, contudo não foi o que aconteceu nessa e nem em outras instituições.

Foi a partir da Constituição de 1824 que a pena no Brasil deixou de ser a espera pela execução, com uso de fortes castigos físicos, para ter uma proposta de “cadeia”<sup>13</sup> com separação de réus de acordo com o tipo de crime cometido. Contudo, o documento não correspondia a realidade do país na época, com uma grande população escravizada e que não tinha direito à cidadania. Como já supracitado, a legislação brasileira evoluiu sempre nesse mesmo sentido de criação de locais mais humanizados até a mais recente Lei de Execução Penal, somente em 1984. Legislação que nunca chegou a ser refletida na prática.

É impossível que haja um processo de individualização das penas com a grande quantidade de pessoas encarceradas. Com isso, também se torna inviável a realização de um

---

<sup>13</sup> A terminologia cadeia começou a ser considerada nessa época, mas está em desuso. A terminologia utilizada ultimamente são instituições prisionais.

bom procedimento administrativo no tratamento das pessoas privadas de liberdade e gerenciamentos de crises. A superlotação também propicia um ambiente que facilita motins e brigas internas. Outro problema é o grande tempo ocioso a que essas pessoas são submetidas, o ócio improdutivo também é considerado uma tortura. Com a superlotação, nem todas as pessoas têm acesso ou direito às atividades de ressocialização por meio da educação ou do trabalho. Muitos ficam apenas aglutinados em celas por tempo indeterminado. Existem, ainda, muitos outros problemas provenientes da superlotação, contudo, por fim, vou destacar a facilidade de proliferação de doenças por conta da aglomeração e do dificultado acesso ao atendimento de saúde (Machado, 2013).

A superlotação constante é reflexo da grande taxa de encarceramento. De 1990 a 2022, a população carcerária no Brasil aumentou 919%, segundo dados do Infopen. De acordo com o Depen, 89% das pessoas privadas de liberdade no país estão em unidades superlotadas. Ou seja, se na década de 90 já se falava em crise e falência do sistema carcerário, em 20 anos o problema aumentou mais de 900 vezes e com o agravamento de fatores problemáticos. Como já supracitado, o fenômeno do superencarceramento é uma resposta para a sociedade como solução para a insegurança pública.

A Ditadura Militar deixou um legado muito forte nas instituições do Sistema de Segurança Pública. É possível encontrar traços repressores, opressores e de tortura no cárcere (Simas, 2016). Um desses legados também foi a criminalização da pobreza, com mais força nas instituições, a partir da década de 90 com a popularização do termo “classes perigosas”, se referindo a moradores de favelas. Dessa forma, como existe um endereço para a criminalidade, a polícia – militarizada – poderia agir com violência e truculência dentro desses espaços (Simas, 2016).

O clamor que vem por meio da produção do medo e da violência, em um ambiente de negação dos Direitos Humanos, somado à emergência do neoliberalismo brasileiro e profunda desigualdade social, criam o cenário propício do encarceramento em massa.

Esse clamor se demonstra nas pessoas que são eleitas para representar a população. A configuração do Congresso Nacional hegemonicamente formada pelas bancadas ruralistas, evangélicas e militares é uma das maiores expressões desse “desejo”. Em 2015 foram criadas as “bancada da bala” e “bancada da jaula”, para propor ações de encarceramento em massa, armamento da população e militarização da Segurança Pública. Por trás desse discurso disfarçado de promoção da tão desejada paz, tem o financiamento de campanhas desses

parlamentares por fabricantes de armas e empresas de administração penitenciária (Simas, 2016).

Em 2009, foi lançado um relatório da situação dos presídios no país na CPI do Sistema Carcerário. O documento foi elaborado por Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar a realidade do Sistema, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram a pena, a tortura dentro das instituições do sistema carcerário, corrupção, crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da LEP.

O diagnóstico realizado após a diligência às 27 unidades federativas é de completo abandono e desespero, com títulos que vão de “vergonha nacional” até “falta tudo”.

Nesse documento, o crime organizado é considerado um “estado paralelo”. A partir da década de 80 começa a crescer o crime organizado no país, especializado no tráfico de drogas e armas. A CPI apontou o surgimento das chamadas facções criminosas como um dos pontos de atenção sobre o sistema carcerário, ressaltando que elas dominavam as instituições de cumprimento de pena. À época, o apontamento feito era de que elas atuavam majoritariamente no Rio de Janeiro e São Paulo.

São várias as siglas e nomenclaturas das facções criminosas, que atuam, principalmente, no Rio de Janeiro e São Paulo. Destacam-se, em São Paulo: PCC – Primeiro Comando da Capital; TCC – Terceiro Comando da Capital; CRBC – Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade; CDL – Comando Democrático da Liberdade e Seita Satânica. No Mato Grosso do Sul são conhecidas as facções: PCMS – Primeiro Comando do Mato Grosso do Sul, e os “Manos”. No Rio de Janeiro: CV – Comando Vermelho; TC – Terceiro Comando; ADA – Amigos dos Amigos; IDI – Inimigos dos inimigos e AI – Amigos de Israel (Brasil, 2009, p.56).

O documento também descreve a estrutura de poder das facções:

Essas facções têm lideranças com um chefe central, que dá a última palavra nas decisões. Abaixo deles há um grupo de detentos, chamados de “subchefia”, que também têm poder de decisão, mas devem sempre ouvir a opinião da chefia geral. Em São Paulo, o “staff” da facção PCC, formado pelo chefe e subchefes, é chamado pelos detentos de “Família Real”. Abaixo dos subchefes vêm os “Pilotos”, que são os comandantes de cada unidade prisional e que repassam as ordens recebidas do chefe aos “soldados”, que são os que saem às ruas para cumprir as ordens e cometer os crimes. Há também os “Sintonias”, que são os chefes que atuam nas ruas, liderando o tráfico de drogas e de armas, responsáveis por prestar contas aos chefes. Há ainda os “Aviões”, em geral jovens contratados pelos traficantes para levar as drogas das “bocas-de-fumo” até os consumidores. As lideranças exercem domínio e fascínio sobre a massa carcerária. Elas prometem ser a “voz” dos detentos nas prisões e em muitos casos fazem acordos com diretores de cadeias, que cedem a “facilidades” em troca de cadeias sem motins. Aos familiares dos detentos essas organizações oferecem cestas básicas e transporte gratuito para os parentes visitarem seus presos em cadeias distantes. Pagam velórios e enterros no caso da morte de algum bandido ligado à

facção ou mesmo parentes destes que, pobres, não conseguem pagar nem as despesas de enterro em cova rasa (Brasil, 2009, p.57).

Já naquele ano de 2009, a expansão nacional das facções que inicialmente surgiram no Sudeste já estava no relatório. O PCC, por exemplo, já estava listado em instituições do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Bahia. Os relatos de pessoas privadas de liberdade no documento era de que a vida nas instituições melhorou muito com a chegadas das facções nacionalizadas com sentimentos de irmandade e solidariedade, bem comuns aos códigos de conduta desses grupos.

Segundo Souza (2019), essa expansão do PCC por meio das instituições carcerárias ocorreu com a criação de “Sintonias” vinculadas à estrutura paulista, que se deu de duas formas: 1- por meio do contato entre pessoas privadas de liberdade transferidas para instituições de segurança máxima no Sudeste do país; e 2- por meio de integrantes enviados como migrantes para outros estados, estratégia também utilizada pelo CV. Com isso, surgiram grupos locais em quase todos os estados, em aliança (ex: GDE - CE, Bonde dos 13 - AC, Estados Unidos - PB, Bonde dos Malucos - BA) ou em oposição (ex: Bonde dos 40 - MA, FDN - AM, PGC - SC, Okaida - PB, Sindicato do Crime - RN). O PCC, em sua expansão também realizou parcerias com grupos locais de diversos estados. No Maranhão, no Complexo de Pedrinhas, o Primeiro Comando do Maranhão se inspirou na facção PCC e a utilizou como influência para sua criação, tentando manter a mesma estrutura organizacional.

Um dos motivos da nacionalização foram a expansão dos negócios relacionados ao narcotráfico, buscando mais lucro por causa da saturação do mercado de drogas no Sudeste pela presença de inúmeras facções e com grande parte do território nacional “livre”. Outro motivo foi a criação de novas rotas para o narcotráfico internacional. Com a diminuição de 70% da produção de cocaína na Colômbia, entre 2000 e 2013, segundo dados do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime – UNODC, a droga peruana e boliviana começou a crescer no mercado. Nesse cenário, o Brasil se torna uma peça central, estrategicamente bem localizado, para a exportação de cocaína para a África e Europa (Souza, 2018).

Todo esse cenário criou um fenômeno de multirrebeliões nas instituições de privação de liberdade com a organização dos grupos criminosos. Salla (2006) separa as rebeliões no Brasil em ciclos, iniciando com as rebeliões na década de 80, marcadas pela grande quantidade de pessoas privadas de liberdade mortas por policiais ou torturadas durante a contenção da crise. A exemplo da contenção da rebelião que aconteceu na Penitenciária do Estado na cidade de São Paulo, em 1987, na qual as pessoas em cumprimento de pena estavam com armas de fogo e

reféns. Durante a atuação da polícia, 29 pessoas foram mortas. Em 1989, no 42º Distrito Policial de São Paulo, 18 pessoas em cumprimento de pena foram mortas por asfixia dentre as 51 que haviam sido confinadas pelos policiais numa cela de 1,5mx4m, sem ventilação, em represália a uma tentativa de fuga. Esse ciclo se encerra após o massacre em Carandiru.

O ciclo seguinte tem um perfil diferente por conta da projeção que Carandiru tomou. A partir desse momento a grande motivação dos motins era de protesto pelas más condições das unidades prisionais. As facções criminosas começam a assumir a autoria das rebeliões que, ainda que contidas com uso excessivo de força, a maioria das mortes não é mais provocada pelos policiais, mas do próprio conflito entre grupos rivais. O controle das atividades dentro do cárcere foge das mãos do Estado e ficam nas mãos das próprias pessoas que ali estão encarceradas. Como exemplo, algumas rebeliões que ocorreram em datas próximas:

1. Em 2004, em São Paulo, na Penitenciária Feminina da Capital, rebelião foi provocada por conta da morte de duas mulheres que haviam chegado à instituição 15 dias antes, cujo maridos eram considerados dissidentes do PCC. A ordem de execução teria vindo da penitenciária masculina.

2. Em 2004, no Rio de Janeiro, na Casa de Custódia de Benfica, membros do Comando Vermelho tentaram fugir. 14 pessoas conseguiram e outras foram contidas, por conta disso eles invadiram uma ala onde tinham integrantes do Terceiro Comando. 24 pessoas ficaram reféns, 30 foram mortas, alguns decapitados ou esquartejados.

3. Ainda em 2004, no Rio de Janeiro, presídio Ary Franco, 8 pessoas foram mortas em um suposto acerto de contas. As mortes ocorreram após a invasão às celas dos rivais.

4. Novamente em 2004, em Rondônia, na Casa de Detenção José Mário Alves (Urso Branco), rebelião iniciou porque 2 pessoas foram mortas por companheiros de cela. 170 familiares foram feitos de reféns, 14 pessoas foram mortas durante o conflito, muitas decapitadas.

Assim, o cenário de rebeliões começou a ser constante e banal. Inclusive, desde o início dos anos 2000, diversas rebeliões foram relatadas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Também desde o início dos anos 2000 há relatos de mortes por decapitação.

## 2 A REBELIÃO

### 2.1 HISTÓRICO DE PEDRINHAS E SISTEMA PENITENCIÁRIO MARANHENSE

A Ditadura Militar no Brasil, em especial nos primeiros anos, é um marco da violação dos Direitos Humanos. Nesse contexto histórico, já construída de forma precária e improvisada, surge, em 1965, a Penitenciária Agrícola de Pedrinhas, no bairro de mesmo nome, há 30 quilômetros do centro da capital do Maranhão. A estrutura era um prédio de três andares, sem muros, dos quais apenas o térreo era ocupado pelos detentos. A cozinha da instituição era uma pequena casa de taipa, a luz fornecida por motor a óleo e a água retirada do poço (Conectas, 2016).

Assim como qualquer aspecto da história do Maranhão, a penitenciária recebeu forte impacto da Era Sarney. Em 1966, José Sarney, ex-deputado federal, é eleito governador, depois senador por 38 anos e presidente da República de 1985 a 1990. A Era também compreende os mandatos de seus sucessores (familiares ou acordos políticos), sua filha Roseana Sarney governou o estado por três mandatos, o último finalizado em 2014. Este mandato de Roseana marca o fim da era de poderio familiar, que já estava enfraquecido politicamente. As eleições de 2010 (quando os grandes nomes da disputa foram Roseana Sarney e Jackson Lago) foram marcadas por grande insegurança jurídica e política, com diversas denúncias de compra de votos e corrupção.

Durante as quase quatro décadas de governo Sarney, a Penitenciária cresceu e se tornou um Complexo Penitenciário. Às margens da BR-135, foram agregadas outras 7 unidades à estrutura inicial. Ao longo dos anos, as 147 vagas para detenção iniciais se expandiram para 1.945. Entretanto, em outubro de 2013, data que marca o estopim da rebelião no Complexo, as instituições abrigavam mais de 3 mil presos, 55% a mais do que a capacidade para a qual foi projetado (Conectas, 2016).

Desde 2001 (Conectas, 2016) foram registradas rebeliões que resultaram em mortes de detentos ou com uso de reféns, assim como há registros de decapitações desde 2000. Os motins eram tão constantes que se tornaram a narrativa de normalidade do Complexo e justificativa para o grande número de mortes. O Relatório da CPI da Câmara dos Deputados, de 2009, apontou superlotação de quase 100% nas unidades prisionais de Pedrinhas. Outros apontamentos do documento foram indícios de maus tratos, instalações insalubres, falta de programas de estudo ou trabalho para ressocialização, detentos com HIV e tuberculose (Brasil, 2009).

De 2007 a 2013, a instituição somou mais 157 corpos (CIDH, 2013). A rebelião ocorrida em 2010 está na lista das chacinas em presídios no Brasil com maior número de mortes, com 18 pessoas assassinadas, como mostra a tabela abaixo:

<b>Instituição</b>	<b>Mortes</b>	<b>UF</b>
Casa de Detenção de São Paulo	111	São Paulo
Colônia Correccional da Ilha Anchieta	100	São Paulo
Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) (2017)	67	Amazonas
Complexo Penitenciário de Pedrinhas (2013)	63	Maranhão
Centro de Recuperação Regional de Altamira	57	Pará
Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) (2019)	55	Amazonas
Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	33	Roraima
Casa de Custódia de Benfica	31	Rio de Janeiro
Penitenciária do Estado	31	São Paulo
Presídio Doutor José Mário Alves da Silva (Urso Branco)	27	Roraima
Penitenciária Estadual de Alcaçuz	26	Rio Grande do Norte
Centro Penitenciário de Recuperação do Pará	22	Pará
Complexo Penitenciário de Pedrinhas (2010)	18	Maranhão
42º Distrito Policial de São Paulo	18	São Paulo

Fonte: O Globo e Folha de São Paulo.

Após a rebelião de 2010, que ficou marcada como a maior até então, em 2011, o Conselho Nacional de Justiça realizou um mutirão carcerário com objetivo de traçar diagnóstico da situação dos presídios no Maranhão. O CNJ concluiu que não há condições dignas para que as pessoas privadas de liberdade cumpram sua pena no Complexo de Pedrinhas. Entre os apontamentos estão as péssimas condições de higiene e a enorme quantidade de presos provisórios no local. O Conselho recomendou a interdição da Casa de Detenção (Cadet), do Centro de Detenção Provisória (CDP) e da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ).

Como agravante da situação na unidade prisional, durante este período (2010 a 2013), diversas rebeliões ocorreram no Complexo. Muitas não resultaram em mortes, outras contaram com fugas, algumas tiveram reféns e, ainda, várias envolveram assassinatos com decapitações. Contudo, as reivindicações apresentadas em todas foram recorrentes: comida estragada, falta de água, falta de equipe médica, falta de higiene na instituição, superlotação, tortura e maus tratos por parte da equipe carcerária.

Ademais, o acumulado de problemas culminou em uma crise midiática, quando um motim teve vídeos e imagens divulgadas para todo o país entre os anos de 2013 e 2014. Durante todo ano de 2013, até janeiro de 2014, 63 detentos foram assassinados nessa que se tornou a maior rebelião continuada, em número de mortos e feridos. O caso tomou proporções nacionais quando essas pessoas privadas de liberdade filmaram cenas chocantes e o material foi divulgado por jornais e blogs, levantando a discussão sobre a crise do sistema penal brasileiro.

O jornal Folha de São Paulo divulgou, em seu *site*, o vídeo de 2 minutos e 32 segundos, sem cortes, que mostrou, em meio ao sangue e corpos decapitados, a rebelião “por dentro”. Detentos exibiram cabeças como espécies de troféus. As fotos de corpos aglutinados, esfolados e torturados rodaram o país nos principais meios de comunicação e reacendeu a discussão da problemática da superlotação das unidades prisionais. A filmagem só veio à tona em janeiro, entretanto a crise agravada já ocorria há três meses.

Com 7 unidades incorporadas ao Complexo Penitenciário, em 2013 a instituição se estruturava da seguinte forma<sup>14</sup>, incluindo a divisão entre pessoas neutras e facionadas<sup>15</sup>:

1. Penitenciária de Pedrinhas - 318 pessoas em situação de prisão, 7% eram provisórias. Ala 1 destinada aos integrantes do Primeiro Comando do Maranhão (PCM), Ala 2 controlada pelo Bonde dos 40 (B40) e a Ala 3 reúne pessoas privadas de liberdade consideradas neutras;
2. Presídio Feminino - 235 pessoas em situação de prisão, 59% eram provisórias. Presídio dividido entre integrantes de facções e mulheres consideradas neutras;
3. Presídios de São Luís I e II (PSL I e PSL II) (unidades interligadas) - Número de pessoas em situação de prisão: 203 no PSL I e 383 no PSL II, 6% eram provisórios no PSL I e 86% no PSL II. O controle do PSL I era dividido entre PCM e Bonde dos 40, enquanto o PSL II era controlado apenas pelo B40;

<sup>14</sup> Dados Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

<sup>15</sup> Grupos criminosos organizados que planejam e executam ações conflituosas com as leis vigentes, em sua maioria na comercialização de entorpecentes e armas. Esses grupos dominam territórios para promover suas práticas e são organizados por valores, regras próprias, hierarquias e lemas (PASSOS, 2020).

4. Centro de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) - 372 pessoas em situação de prisão, 68% eram provisórias. O controle da unidade era de integrantes do B40. Neste caso, também existem dados de superlotação: 132%;
5. Casa de Detenção de Pedrinhas (Cadet) - 675 pessoas em situação de prisão, 62% eram provisórias. Reúne pessoas privadas de liberdade consideradas neutras e um excesso de 26%;
6. Triagem - 261 pessoas em situação de prisão, 95% eram provisórias. A divisão nesta unidade era por integrantes do B40, pessoas neutras e seguro, esta última diz respeito a pessoas acusadas de terem cometido crimes não aceitos pela maioria<sup>16</sup>. Excesso de pessoas em 27%;
7. Centro de Detenção Provisória (CDP) - 535 pessoas em situação de prisão, 74% eram provisórias. O controle da unidade era do PCM, com superlotação em 17%.

O relatório elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos aponta essas duas facções como as organizações responsáveis pela autoria das rebeliões. O Primeiro Comando do Maranhão reunindo pessoas do interior do estado, enquanto o Bonde dos 40 reunia pessoas da capital, São Luís. Segundo informações da Polícia Militar do Maranhão, o PCM foi criado entre 2012 e 2013 (época próxima aos eventos de Pedrinhas) – embora o estatuto da facção date de muito antes – com a união de pequenos grupos que controlavam o tráfico principalmente no interior do estado. Esta facção se formou com o contato e influência do Primeiro Comando da Capital, a maior do país, diretamente de São Paulo. Por serem gangues rivais, as pessoas da capital, que não quiseram aceitar o controle total do PCM, se organizaram no Bonde dos 40 para combater a primeira<sup>17</sup>. O movimento de criação do PCM foi uma manobra de nacionalização das facções pelo país para maior controle de rotas do narcotráfico, como citado no capítulo anterior.

A estrutura de divisão das pessoas em cumprimento de pena também revela outro dado preocupante: a superlotação. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a taxa de presos provisórios no Maranhão, à época, era de 66,4%, uma das mais altas do país e que

---

<sup>16</sup> Nenhum crime é aceito pela sociedade em geral, mas dentro das cadeias há um código de honra criado pelas pessoas privadas de liberdade. Esse código prevê punições contra crimes sexuais e violência contra a mulher ou contra crianças. Essas punições variam entre espancamento, estupro e até mesmo a morte.

<sup>17</sup> O Fórum Nacional de Segurança não registrou a presença da facção Comando Vermelho no Maranhão, mas os dados da Polícia Civil revelam que em São Luís é uma das facções com a maior rivalidade contra o Bonde dos 40 atualmente.

ultrapassava a média nacional de 41%. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos apontou que:

Como agravante, a grande maioria dos presos à espera de julgamento está encarcerada nas mesmas celas dos detentos já sentenciados, configurando um claro desrespeito às diretrizes da LEP (Lei de Execução Penal) e às Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros da ONU, apelidadas de “Regras de Mandela” (CIDH, p. 8)

Nas chamadas regras de Nelson Mandela, o documento que contém as Regras Mínimas para Tratamento de Reclusos, aprovada pelo Conselho de Defesa Social e Econômica, da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstram os conceitos humanitários com que têm se pensado a ressocialização. É defendido que “o sistema prisional não deve agravar o sofrimento inerente a esta situação” (UNODC, 2015, p.3), onde são conservados os demais direitos além da privação de liberdade, por conta da perda de autodeterminação.

Os objetivos de uma pena de prisão ou de qualquer outra medida restritiva da liberdade são, prioritariamente, proteger a sociedade contra a criminalidade e reduzir a reincidência. Estes objetivos só podem ser alcançados se o período de detenção for utilizado para assegurar, sempre que possível, a reintegração destas pessoas na sociedade após a sua libertação, para que possam levar uma vida autossuficiente e de respeito para com as leis (UNODC, 2015, p.3 e 4).

Nesse sentido, os objetivos da pena e prisão demonstram o quanto o sistema brasileiro tem sido um cenário de violações de Direitos Humanos. Em Pedrinhas, no dia 1º de Outubro de 2013, segundo a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH) e a seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), três pessoas em situação de prisão foram assassinadas no Presídio São Luís, como resultado de confronto entre facções rivais. No mesmo dia, no Centro de Detenção Provisória, outras duas pessoas foram assassinadas.

Em 09 de Outubro a situação volta a se repetir, desta vez com o saldo de dez mortes e pelo menos 30 feridos. A rebelião ocorreu na Cadet em um suposto confronto entre facções e, desta vez, fotos e vídeos foram veiculados na mídia local e até nacional. Imagens de familiares aflitos do lado de fora da Cadet, incêndios, entrada da tropa de choque, seguidas de pessoas em situação de prisão sendo retiradas ensanguentadas e sendo transferidas para hospitais até mesmo em caçambas de caminhonetes, uma vez que não havia ambulâncias suficientes para a demanda de feridos<sup>18</sup>.

No mesmo dia, enquanto a rebelião ocorria dentro do presídio com execuções de membros de facções criminosas, a 30 km dali, em diferentes bairros de São Luís, 07 ônibus

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/10/divulgados-nomes-de-quatro-mortos-em-briga-de-faccoes-em-pedrinhas.html> (Acesso em: 04/10/2022).

foram incendiados. A população da cidade entrou em estado de pânico, no dia seguinte (10/10/13) escolas e faculdades suspenderam as aulas, o comércio local operou em horário reduzido, rodoviários paralisaram suas atividades a partir das 18h (medida que se estendeu até o dia 11/10/13). Por causa da insegurança gerada pela onda de ataques supostamente comandada “por Pedrinhas”, os moradores ficaram sem acesso ao direito de ir e vir e à mobilidade urbana.

A Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA e o Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais realizaram inspeção no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e encontraram vários pavilhões depredados pela rebelião, assim como a existência de uma rota de fuga construída pelas pessoas em situação de prisão. Segundo dados da Sejap, somente no ano de 2013, 85 pessoas fugiram do Complexo. Foi relatado por eles que havia um medo coletivo pela possível transferência de 70 integrantes do Bonde dos 40, anunciada pelo diretor da instituição. O que comprova que a administração penitenciária estava informada sobre os recentes episódios e não tomou as medidas necessárias para impedir que as execuções acontecessem, segundo aponta o relatório realizado pela SMDH e a OAB-MA.

De imediato, baseada na experiência da recente rebelião com maior número de mortes em 2010, o Estado adotou medidas paliativas na tentativa de conter a crise, dentre elas a decretação de Situação de Emergência no Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão, pelo período de 180 dias, Decreto n. 29.443, de 10 de outubro de 2013, e a solicitação da Força Nacional para realizar a segurança dentro do Complexo (CIDH, 2013).

Por identificar que o Estado era incapaz de conter a crise, em 21 de outubro de 2013, a SMDH e a OAB-MA requereram medida cautelar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos relatando as rebeliões em que morreram 15 pessoas, além das condições insalubres e sub-humanas a que as pessoas em situação de cárcere eram submetidas no Complexo.

Posteriormente, foi emitida a medida cautelar e uma medida provisória pela Comissão e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, respectivamente. “Essas 15 mortes se somavam a outras 30, totalizando 45 mortes dentro daquela instituição carcerária, somente no ano de 2013 (até então); e 157 mortes de 2007 a 2013” (Silva, 2018, p. 12 e 13).

A Corte afirmou que, apesar de o Estado atestar que uma unidade do Complexo foi destruída após os acontecimentos do início de outubro, nenhum dado sobre as condições das pessoas privadas de liberdade foi apresentado, denotando uma clara hierarquia de prioridades.

Apesar dos esforços de contenção da rebelião, nos dias 25 e 27 de Outubro, foram registrados novos atos de violência.

No dia 28 de Dezembro de 2013, o Conselho Nacional de Justiça entrega para o então ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do CNJ, Joaquim Barbosa, um relatório que atualiza para 60 o número de mortos na rebelião continuada do Complexo. O documento aponta, ainda, outras violações dos direitos humanos como as más condições do presídio, mulheres ocupando o mesmo pavilhão que homens, visitas íntimas realizadas em pavilhões coletivos e pessoas com doenças mentais cumprindo pena em locais inapropriados.

Por meio da mídia tradicional, a rebelião em Pedrinhas foi noticiada como um “confronto de facções”, em contraponto aos motivos apresentados pelo relatório da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH, 2013). Os motins recebem o nome de reivindicações por parte das pessoas privadas de liberdade. O documento aponta superlotação; calor extremo; falta de roupas e outros objetos de uso pessoal, como materiais de higiene; medicamentos vencidos; pessoas acometidas por doenças como úlcera, tuberculose, hanseníase<sup>19</sup> e o vírus HIV sem tratamento adequado; e o mais proeminente foi o relato de pessoas subnutridas e com fome, as lixeiras ficavam lotadas de quentinhas cheias por já chegarem nas celas com comida estragada. Chinelos eram utilizados como barreiras entre as grades para evitar que baratas entrassem nas celas, assim como garrafas pet, mas tal recurso era inútil.

Foi em dezembro que, em um dos motins, foi gravado o vídeo que faria Pedrinhas receber o apelido de a “cadeia mais violenta do Brasil” na mídia. No dia 17 daquele mês, três pessoas foram assassinadas com diversas perfurações no corpo, decapitadas e tiveram seus corpos filmados. As cabeças exibidas como troféus nas filmagens.

Embora a contagem oficial de mortes da rebelião tenha se mantido apenas relativa ao ano de 2013, a crise se estendeu durante todo o ano de 2014, mesmo com os esforços estaduais e nacionais para a contenção e retomada de controle, a exemplo de:

1. entre dezembro de 2013 e maio de 2014, 15 internos morreram devido a motins e enfrentamentos, três dos quais foram decapitados;
2. entre junho e julho de 2014, quatro detentos foram assassinados; um deles apresentando perfurações, de modo que se presume que foi assassinado com arma de fogo; e dois outros internos haveriam cometido suicídio;
3. a tomada de 32 pessoas como reféns por 19 horas em 25 de maio de 2014;

---

<sup>19</sup> No relatório da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, a hanseníase está listada com a nomenclatura antiga, como lepra.

(CIDH, 2013, p. 2).

Enquanto todos os olhos estavam atentos no desenrolar dos acontecimentos no Complexo por meio da cobertura midiática, as denúncias de torturas e maus tratos por meio da Polícia Militar e Força Nacional também vieram à tona. Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, foram relatadas denúncias do uso indiscriminado de bombas de gás lacrimogêneo “e para evitar que fossem identificados, utilizam máscaras ou capuzes. Em alguns casos, supostamente, chegaram a usar projéteis de arma de fogo com impacto letal” (CIDH, 2013, p. 4)

O Complexo foi militarizado e isso em nada diminuiu mortes ou motins. Ao contrário, as medidas tomadas pelo Estado brasileiro somente agravaram os casos de violações de direitos humanos.

Dois casos referentes ao sistema prisional brasileiro foram levados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Urso Branco (Roraima) e Pedrinhas (Maranhão). Este primeiro foi referente à chacina na qual morreram 27 pessoas durante uma rebelião, um dos casos mais famosos brasileiros. As condições do presídio também eram chocantes e sub-humanas, por isso o caso se assemelhou ao de Pedrinhas. A Corte concluiu, dentre inúmeras determinações, que as causas dos massacres estavam ligadas à superlotação das unidades prisionais e a falta de programas efetivos de ressocialização.

Assim, é previsível a lógica da manutenção de locais de punição para “deixar morrer” (Foucault, 1999). A destinação dos locais de punição é bem clara. Dorneles (2008, p.61) aponta que essas pessoas “são parasitas sociais que sujam as ruas e envergonham os bons cidadãos, devendo ser vigiados, controlados, afastados e, mesmo, eliminados”. É a mesma lógica que possibilita a condenação criminal “sem provas cabais, alargamentos interpretativos com escopo condenatório, pressuposições, silenciamento de determinados discursos em favor de outros, apagamento discursivo de testemunhas e de depoimentos” (Silva, 2018).

A discussão sobre como solucionar a crise que o massacre em Pedrinhas provocou foi reduzida, na imprensa, em uma suposta necessidade de aumento de controle, de reforço da estrutura repressiva. “Cobra-se que o Estado tenha adequada política de controle para garantir o isolamento das pessoas presas, evitando fugas, rebeliões e ordens para ações extramuros, como os ônibus queimados” (Calixto, 2019, p. 201). Estrutura necessária para ter pessoas presas afastadas, como se presídios fossem um depósito para tudo que há de ruim na humanidade, se é que são considerados humanos. “A voz das pessoas sujeitas à responsabilidade penal é

silenciada, seus nomes são desconhecidos, seu sofrimento é irrelevante e sua morte é responsabilidade própria, decorrência do comportamento violento do grupo de pessoas perigosas a que pertence” (Calixto, 2019, p. 201).

O ocultamento sobre o que torna possíveis essas mortes, bem como seu contexto e as condições em que são produzidas, é consequência direta das narrativas hegemônicas sobre quem nossa sociedade entende como “humano” – que se alinham com as narrativas também hegemônicas sobre “quem comete crime” e “deve ser criminalizado”. Desta forma, a morte de indivíduos representados como não-pessoas é tolerada e até mesmo banalizada. Achile Mbembe (2014) articula esse exercício de desumanização ao que conceitua como uma produção de “humanidades subalternas”: formas de desqualificação atribuídas por práticas estruturantes de poder a determinados indivíduos, a quem são negados os mais elementares direitos.<sup>20</sup> (Silva, 2018)

É importante também ressaltar o perfil da maioria da população carcerária de pretos e pobres.

No senso comum, cidadãos negros são percebidos como potenciais perturbadores da ordem social, apesar da existência de estudos questionando a maior contribuição dos negros para a criminalidade [...]. Não obstante, se o crime não é o privilégio da população negra, a punição parece sê-lo (Adorno, 1996, p. 283).

Esse papel social é classificado como racismo de Estado. Segundo Foucault, ele assume a função de extinguir a “raça ruim” do seio social. Nesse caso, as prisões funcionam como uma espécie de depósito de lixo humano. Onde a morte do “outro” é legitimada, “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, e mais pura” (Foucault, 2010, p. 215). Foucault (1999) nos diz que o racismo é elemento indispensável para poder condenar alguém à morte, ou seja, para fazer morrer alguém.

A filósofa Hannah Arendt aborda a banalidade do mal, refletindo sobre o conformismo das pessoas às atrocidades de um regime totalitário. Os relatos dos genocídios que aconteceram por conta do regime nazista demonstram que não foram causados por rebeldes e insubordinados, mas por pessoas “normais” e integradas ao sistema, que apenas realizavam as suas funções.

Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do Führer; tanto quanto podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei. (...) Terminou frisando alternativamente as virtudes e os vícios da obediência cega, ou a ‘obediência cadavérica’, (kadavergehorsam), como ele próprio a chamou (Arendt, 1999).

Eichman em Jerusalém (Arendt, 1999), livro que narra o julgamento de um soldado nazista, demonstra que ele era apenas mais um em um exército de obedientes a uma estrutura de forma cega. Arendt filosofou sobre um período em que Hitler dirigia um partido racista que

comandava genocídios com o intuito de limpeza social e as pessoas o seguiam por acreditar em um futuro glorioso. Fazendo um paralelo com a sociedade brasileira atual, chacinas em presídios também são uma forma de limpeza social por serem parte de um genocídio justificado de eliminação de pessoas perigosas. Acreditam que o sistema prisional é o local onde se tem legitimação para matar e morrer, afinal de contas, quem está lá dentro nem é considerado ser humano, muito menos parte integrante da sociedade. O local é uma mácula que envergonha a população de bem e precisa ser contido, não importa com quais armas.

Fazendo outro paralelo, os policiais militarizados no Brasil e policiais penais são como os soldados que cumprem seu dever de conter e exterminar os maus, os transgressores e os perigosos. Um exército de pessoas que praticam uma truculência diária por acreditarem estar em um local moralmente superior, tendo permissão para matar os marginalizados.

Esse é o pressuposto da banalização do mal, um estado de dessensibilização a respeito de atitudes grotescas por existir uma campanha ideológica por trás. Como as classes privilegiadas não são relacionadas ao local de encarceramento e as classes vulnerabilizadas, sim, é como se toda a violência praticada contra essas pessoas não importasse.

É por este motivo que este trabalho parte do pressuposto que os grupos criminosos em Pedrinhas aprimoraram cada vez mais as atitudes grotescas e bárbaras que praticavam, para chamar atenção para suas reivindicações, uma vez que a simples morte deles e tortura a que eram submetidas era aceitas socialmente, normalizadas. A contínua publicação de corpos ensanguentados tinham se tornado senso comum. O Governo Federal, junto ao Estadual, só tentou atuar mais seriamente a respeito da crise quando pessoas consideradas “de bem” começaram a morrer, como o ataque à ônibus que matou a menina Ana Clara, de apenas 06 anos em Janeiro de 2014. É possível inferir que, de outra forma, sem a crise midiática e o descontrole, até hoje as instituições de privação de liberdade no Maranhão estariam nas mesmas condições. Durante os anos de 2010 a 2013, a sociedade civil organizada tentou pautar mudanças transformadoras no Complexo, mas não conseguiram mudar nada até que o sistema prisional maranhense começou a ganhar visibilidade nas diferentes mídias.

Dez anos após as rebeliões, ano em que este estudo é realizado, várias mudanças ocorreram, a começar pelo nome, o antigo Complexo Penitenciário de Pedrinhas agora se chama Complexo Penitenciário São Luís. Um dos muitos esforços da administração estadual de desvincular a imagem da instituição às rebeliões. A resolução apresentada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, de outubro de 2019, aponta novas medidas para o Complexo e relata as mudanças realizadas, como a estrutura:

1. Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 1 (UPRSL 1), antiga Penitenciária de Pedrinhas;
2. Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 2 (UPRSL 2), antiga CADET;
3. Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 3 (UPRSL 3), antiga Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ);
4. Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 4 (UPRSL 4), antiga Penitenciária de São Luís I;
5. Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 5 (UPRSL 5), antiga Penitenciária de São Luís II;
6. Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 6 (UPRSL 6), antigo Centro de Detenção Provisória (CDP);
7. Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 7 (UPRSL 7), nova unidade construída no Complexo;
8. Centro de Observação Criminológica e Triagem de São Luís (COCTS);
9. Presídio ou UPR Feminina.

Apesar do crescimento de vagas em 58,1% (de 2014 a 2018), o crescimento da população carcerária foi ainda maior, em 63,5%. O que mostra que o esforço foi concentrado majoritariamente em estrutura do que nas violações de direito que a superpopulação traz, da mesma forma que o Estado atuou durante as rebeliões, ou seja, mais interessada em expandir vagas do que em diminuir a quantidade de pessoas em situação de prisão. Entretanto, ainda que o Sistema Penitenciário ainda não coloque a pessoa privada de liberdade como prioridade, há de se reconhecer o grande esforço em políticas de ressocialização por meio da educação e do trabalho.

Para aumentar o número de vagas no Complexo, a solução foi adaptar os espaços que já existiam, construindo mais camas nas celas<sup>20</sup>. Antes eram usadas beliches de concreto acopladas às paredes na maioria dos prédios, atualmente são triliches, aumentando as vagas sem aumentar as celas e, dessa forma, ninguém dormiria no chão ou em redes.

Foi construída uma nova unidade no Complexo, a UPRSL 7, além da construção do Presídio de Segurança Máxima, da UPR Regional e de outras diversas unidades em municípios

---

<sup>20</sup> A quantidade de vagas em uma instituição de privação de liberdade é contada a partir da quantidade de camas que a unidade possui.

do Maranhão para que as pessoas privadas de liberdade não fiquem mais centralizadas na capital, trazendo alto custo para as famílias visitarem.

Outra medida estrutural foi a construção de um grande muro ao redor das unidades do Complexo, unificando os prédios de um lado e de outro da BR-135. Foram construídas duas portarias unificadas para os dois lados do Complexo, um com 6 unidades e outro com 2. O presídio feminino continua separado da estrutura, mais distante. Dessa forma, os familiares que vão visitar qualquer unidade passam pelo mesmo procedimento de segurança na entrada de verificação de material que a pessoa está levando.



*Figura 4 - comparativo de portaria do Presídio de Pedrinhas em 2013 com a Portaria Unificada do Complexo em 2023.  
Fonte: G1 MA e Imirante.*

As regras de entrada estão mais rígidas para diminuir a entrada de itens proibidos como drogas, celulares e até armas. Para entrar a pessoa tem que ter o nome previamente autorizado (pessoas privadas de liberdade só podem acrescentar nomes em sua lista após o parentesco comprovado, ou em caso de casamento ou união estável); apresentar sua identificação pessoal; entregar comidas, materiais de higiene ou outros objetos para inspeção no scanner; passar pelo detector de metais; e passar pelo *bodyscan* (uma das mudanças para acabar com as revistas vexatórias a que os visitantes eram submetidos). Além de itens pessoais de higiene pessoal, são permitidos os seguintes materiais: roupa de cama branca, roupa de banho branca, roupas íntimas, ventiladores (1 por pessoa, devem ser pequenos, de marcas aprovadas, serem levados desmontados e ficam sem a tela de proteção para evitar que a pessoa possa usar como esconderijo de drogas) e remédios de uso continuado desde que aprovados pela segurança e com recomendação médica (não é qualquer remédio que é autorizado). Além disso, são considerados privilégios quando se tem bom comportamento uma Tv (pequena, sem ser smart e das especificações autorizadas) e um rádio (à pilha e com a marca e especificações

autorizadas) por cela. Quando as pessoas privadas de liberdade recebem punição por mau comportamento, os privilégios (Tv e rádio) são retirados da cela. Os privilégios também são adquiridos pelos familiares e passam pela portaria para serem revistados como todo o restante.

Atualmente, a única falha na segurança, no que se diz respeito à entrada de materiais proibidos, é a corrupção humana ou por meio dos caminhões de materiais que chegam para as fábricas, como a carga de areia, pedras, onde podem ser escondidos itens e que não daria para verificar facilmente. Até mesmo drones são apreendidos tentando jogar materiais proibidos dentro do Complexo. O crime organizado continua se superando em estratégias.

Foram construídas grandes oficinas de trabalho para serem usadas pelas unidades como a fábrica de blocos de concreto para calçamento, fábrica de móveis, fábricas de chinelos, lavanderia para lavar as peças utilizadas pelos hospitais do estado, entre outras. A parte interna do Complexo que interliga as unidades também passou por processo de urbanização com a construção de ruas, jardinagem, acessibilidade, etc.



*Figura 5 - Foto de drone da entrada do Complexo com a portaria unificada que dá acesso às unidades. No canto esquerdo está a portaria, após, na entrada, estão dois galpões de oficinas. Ao fundo as unidades UPRSL 4 e 5, no canto inferior direito está a UPRSL 3. Subindo a ladeira para a direita ficam as unidades 1, 2 e 7, além da fábrica de bloquetes. Fonte: SEAP-MA.*

Outra medida imprescindível para aumentar a segurança, além da portaria unificada, foi a padronização dos uniformes. Os policiais penais agora trabalham todos uniformizados de verde ou marrom, com os equipamentos de proteção de acordo com função que executam. Enquanto pessoas privadas de liberdade usam uniforme laranja para os homens e rosa para as mulheres. Os uniformes de trabalho por meio da ressocialização são diferentes, mas também padronizados.

Por fim, a segurança também foi reforçada com mais de 1.300 câmeras em todo o sistema prisional, que não existiam antes, e centrais de monitoramento.

Este trabalho também buscou o resultado da atuação do Estado em atenção às recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que serão listadas abaixo (SEAP-MA, 2023):

**1- Adequar imediatamente as instalações do Complexo de Pedrinhas para assegurar condições mínimas de dignidade no cumprimento da pena:** Considerando que a denúncia expôs celas sem ventilação, muito calor, falta d'água, esgoto a céu aberto, fedor insuportável, a presença de muitos insetos e ratos, celas depredadas, paredes caindo aos pedaços, algumas unidades sem espaço para o banho de sol, falta de espaços destinados às práticas de ressocialização, superlotação e pessoas privadas de liberdade vivendo soltas dentro dos pavilhões, vamos trazer alguns desses dados. Todas as estruturas das unidades receberam intervenções de obras para o atendimento dessas situações. O matagal que circundava as unidades praticamente foi extinto, dando lugar ao calçamento com bloquetes. As celas que não tinham janelas, receberam ou estão em processo de obra para que todas tenham. Quanto à ventilação cruzada, ainda existem várias unidades em que o portão da cela é chapeado, a resposta da SEAP é que está trabalhando para que todos possam ser abertos. A comida não chega mais apodrecida, mudaram os fornecedores, agora os policiais penais comem a mesma refeição das pessoas privadas de liberdade (o famoso bandeco de cadeia) para que seja assegurada a qualidade. Todas as unidades contam agora com um serviço de distribuição de água filtrada e gelada para todas as celas. A superlotação ainda existe em algumas unidades, a solução, como já supracitado foi a construção de novas unidades e de mais camas. Foram construídas ou adaptadas áreas para as oficinas de ressocialização e banho de sol, a única unidade sem banho de sol atualmente é a Triagem. O esgotamento melhorou muito, não corre mais a céu aberto, contudo o mau cheiro não sumiu completamente em algumas unidades. Os problemas com ratos e baratas reduziram bastante, hoje em dia, vivem diversos gatos dentro das unidades (os gestores acreditam que eles que ajudaram a caçar). Sobre o calor, foram instalados ventiladores nos pavilhões e corredores, mas não é o suficiente, pois as unidades são muito abafadas. Ainda existe uma unidade onde não teve intervenção e as pessoas privadas de liberdade estão soltas em um dos pavilhões, que é a UPRSL 1.

**2- Apurar as fugas, rebeliões, corrupção e mortes no sistema penitenciário maranhense:** Pelo que foi possível perceber durante a pesquisa, esse ainda é um dos problemas mais mal resolvidos. Existem diversos processos em andamento de responsabilização de pessoas que estavam em privação de liberdade e mataram outras ou ordenaram ataques à São Luís. Contudo, o Estado somente responde à CIDH sobre as resoluções, não se tem informações

sobre responsabilização pelas inúmeras mortes, irresponsabilidade administrativa, dentre outros problemas, até hoje existem pessoas desaparecidas ou foragidas que morreram ou fugiram naquela época. Quanto à corrupção, algumas pessoas chegaram a ser presas na época e, atualmente, o procedimento é mais rígido. Os policiais penais que são pegos sendo corruptos são presos.

**3- Aumentar o efetivo de agentes penitenciários para haver, ao menos, um agente penitenciário para cada cinco presos por plantão e substituir funcionários que desempenham função de segurança por agentes públicos selecionados mediante concurso público:** De fato, a estrutura da SEAP aumentou muito com a contratação de pessoas para atuarem nas unidades, diferentemente de antes em que essa função era terceirizada. Foram feitos dois concursos públicos, um em 2014 chamando 419 servidores, e um em 2022, que chamou 3.588 policiais penais. Não é respeitado o plantão de acordo com o que foi determinado. Foi, também, criada a Academia de Gestão Penitenciária voltada para o treinamento de policiais penais com capacitações, treinamentos e cursos.

**4- Cumprir imediatamente as normas que regulam o uso da força e de armas por agentes de segurança pública:** Em 2013, o GEOP, que era o grupo responsável pela contenção não tinha acesso a munições não letais, o que foi relatado que mudou. Durante os primeiros anos após as medidas da CIDH, continuou sendo empregada muita força como forma de reprimir os motins. Uma das medidas para reprimir o mau comportamento foi a implantação do PDI, onde a pessoa é punida com a perda de privilégios como a visita íntima, televisão e rádio. Em casos mais graves a punição é o isolamento na cela de reflexão e a perda dos direitos ao trabalho, estudo, visita social e banho de sol. Nem todas essas punições estão dentro da garantia de direitos da LEP. Os policiais penais, hoje em dia, todos tem armas e munição para o trabalho. Ainda, foram realizados Cursos de Abordagem Policial com a Polícia Militar, contudo, ainda existem inúmeros relatos de violência institucional.

**5- Ampliar e fortalecer a Defensoria Pública Estadual e instalar o Comitê e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura:** A DPE foi ampliada contando com 07 unidades de atendimento na capital, 107 comarcas no interior do estado e 63 núcleos regionais, com 186 defensores públicos. Em 2023 foi criado o Comitê Estadual de Combate à Tortura do Maranhão (CECT/MA) por meio da Lei Estadual Nº 10.334/2015. Além disso, na estrutura da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) existe a

Superintendência de Combate à Violência Institucional que realiza o monitoramento das instituições de privação de liberdade para fiscalizar possíveis situações de tortura.

**6- Cuidar e atender a questões de saúde e higiene para garantir a integridade das pessoas em cumprimento de pena:** Todas as unidades do Complexo, atualmente, possuem uma área de assistência à saúde com enfermaria e consultórios médico e de atendimento psicológico. Para exames um pouco mais complexos, existem unidades de saúde que atendem um agrupamento de presídios dentro do Complexo. Para a realização de exames e outras situações de maiores complexidade, é realizada escolta para atendimento nos hospitais públicos do estado. São feitas campanhas de combate às doenças regulares, a exemplo da tuberculose, que acaba acometendo muitas pessoas privadas de liberdade por conta das celas abafadas, quentes e com várias pessoas. Sobre a higiene, as celas são lavadas diariamente, mas ainda não é o suficiente para que muitas delas sejam consideradas limpas em algumas unidades como a UPSL 3. Os materiais básicos de higiene pessoal como sabonete e pasta de dente são entregues a todas as pessoas privadas de liberdade, diferente de antes em que só quem tinha era quem a família poderia pagar. Ainda existem denúncias de violações destes direitos, mas em menor frequência que na época da rebelião continuada.

**7- Controlar a violência dentro das unidades e impedir mortes por motivo não natural durante cumprimento de pena, além de medidas para a redução do uso de armamento;** O número de mortes no Complexo reduziu significativamente. Enquanto em 2013 morreram 60 pessoas, em 2023 foi relatada apenas 01 morte. Dados da SEAP em 2022 demonstram que em todo o sistema prisional maranhense, houve uma redução de 98% dos homicídios em relação à 2013. Contudo, ainda existem denúncias de violações dos direitos das pessoas privadas de liberdade, principalmente quando envolvem facções. Ainda, em Junho de 2015, foi instituída a portaria Nº 376 da SEAP que dispõe sobre a regulamentação da cautela do uso da arma de fogo em instituições prisionais do Maranhão.

Estas foram as primeiras recomendações, destas, surgiram outras e o Governo do Maranhão, dez anos após, continua respondendo à CIDH e as instituições peticionárias continuam fazendo relatórios, apontando as falhas.

Quanto ao investimento realizado pelo Governo do Maranhão, desde 2015, dados da SEAP mostram que 8 mil novas vagas foram geradas com a construção ou reforma de mais de 60 unidades. Com isso, a taxa de ocupação caiu de 168% para 93%. Também foram construídos

30 galpões para trabalho, 52 laboratórios de informática, 108 salas de aula e 43 bibliotecas para a ressocialização.

Contudo, o que a sociedade civil tem pautado é que mesmo com todas as intervenções, o poder dentro das unidades de privação de liberdade ainda está na mão do crime organizado e não do Estado. O que significa dizer que a qualquer momento ainda pode acontecer uma crise novamente.

## 2.2 PEDRINHAS COMO PALCO

Como já mencionado nos capítulos anteriores, a banalização do mal e o racismo, sobretudo o institucional, propiciaram o ambiente de violação dos direitos humanos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A situação insalubre foi piorando ao ponto de o Estado perder o controle do estabelecimento em 2013. Por conta da inércia da população e dos governantes, os motins começaram a ganhar uma maior projeção gradativamente por conta de práticas cada vez mais bárbaras para que as reivindicações fossem atendidas. Esse estudo parte do princípio de que os motins eram organizados pelos grupos faccionados com o objetivo de terem suas reivindicações atendidas (muitas delas pedindo por acesso a direitos e por um mínimo de dignidade dentro dos presídios). Logo, era necessário chamar atenção de uma população dessensibilizada aos problemas da instituição. Por isso, foram tomadas estratégias de um evento midiático baseado em práticas grotescas, como é exposto a seguir.

A barbárie atrelada à Pedrinhas pode ser enquadrada como um fenômeno comunicacional. Dayan e Katz (1992) conceituam esse tipo de caso como eventos midiáticos. Eles trazem o poder de contar a história ao vivo, tendo que dar respostas imediatas ao que acontece na sociedade. São situações em que os atores envolvidos no acontecimento estão contando a narrativa que servirá como história. Assim como toda a imprensa nacional, internacional e instituições de defesa dos Direitos Humanos cobraram por medidas imediatas no caso do Complexo de Pedrinhas.

Os autores definiram como eventos midiáticos: competições esportivas, coroamentos, casamentos reais, funerais de personalidades célebres, mas também catástrofes naturais de grandes proporções. Porém, podem ser acrescentados a esta lista, seguindo o mesmo princípio, atentados, massacres e chacinas quando estas são ações pensadas para a divulgação, encenadas para as mídias. Como aconteceu no caso do Complexo,

de fato, são interrupções da rotina; interferem no fluxo normal das emissões e de nossas vidas. Como as festividades que detêm as rotinas cotidianas, os acontecimentos de televisão propõem coisas excepcionais em que pensar, presenciar e fazer (Dayan; Katz, 1992, p. 14).

A rebelião continuada se enquadra como evento midiático por ter interferido na rotina, proporcionando, até mesmo, toques de recolher na cidade de São Luís. Foi um misto de atentados, com massacres e imagens grotescas encenadas para a mídia. As portas do Complexo se tornaram palcos de histórias sangrentas e pessoas desesperadas com o que estava ocorrendo. Impacto que foi muito mais forte em São Luís, mas chegou em algum grau em diversos países.

Semelhante ao “circo midiático” que acompanhou a invasão à Carandiru, em 1999, como narra Leite:

A invasão do complexo penitenciário do Carandiru foi acompanhada ao vivo pela mídia impressa e eletrônica. Os “olhos” da imprensa só não tiveram acesso ao momento exato da entrada dos policiais no presídio. Mas toda a movimentação dos instantes, que precederam a chacina foi vista, inclusive, pelos próprios detentos, como registrado neste trecho do Pavilhão 9: Uma viatura da TV Globo é barrada ao tentar entrar, mas o jornalista salta e entrevista, ao vivo, o juiz corregedor, que garante que não haverá invasão e que as negociações estão em curso. O juiz parece falso, não olha as câmeras de frente. Parece um condenado, nervoso e inseguro. (...) O repórter pergunta por que tanta polícia no local, ele diz que é apenas um procedimento de rotina, para intimidar. Para forçar a negociação. A entrevista é prejudicada quando o zoom da câmera passeia e enfoca um preso discutindo com um guarda da muralha. Cabe-nos perguntar qual foi o verdadeiro papel da imprensa no conflito. (Leite, 2002, p. 77)

O populismo penal, atrelado ao jornalismo policial sangrento que reforça o racismo institucional, transforma os motins prisionais em espetáculo. Dessa forma, o padrão do que horroriza a sociedade fica cada vez mais alto e os motins nas instituições de privação de liberdade precisam ser mais grotescos para que possam chamar atenção. No Complexo, por exemplo, não foram apenas degoladas as cabeças, elas eram atiradas e feitas de brinquedos, ação que era totalmente filmada por eles mesmos. Áudios de toque de recolher e anúncio de atentados eram divulgados em redes sociais. Faixas escritas com sangue eram penduradas do lado de fora, enquanto alguns presídios eram completamente destruídos pelo fogo. Há relatos, inclusive, de canibalismo e de pessoas que colocaram na boca órgãos genitais degolados de corpos mortos caídos na rebelião. Não era apenas a barbárie pela barbárie, era uma barbárie que precisava ser vista e ser “potente”. Se não existisse o vídeo que horrorizou o país em janeiro de 2014 e as fotos das cabeças degoladas, além da morte da Ana Clara, provavelmente as reivindicações seriam apenas internas e abafadas. O que corrobora para a teoria de que foi utilizada uma estratégia. Dayan e Katz afirmam que nos eventos midiáticos acontecem situações em que os atores envolvidos no acontecimento estão contando a narrativa que servirá como história, como ocorreu com os depoimentos de pessoas privadas de liberdade *versus*

administração estadual. Um lado pautava as demandas de quem estava encarcerado, expondo as mazelas, o outro dava justificativas rasas e soluções paliativas para a contenção.

A forma como foram propagadas as imagens sangrentas do Complexo de Pedrinhas em 2013 e 2014 chegou a ser mais grotesca do que os padrões sensacionalistas do jornalismo policial, que divulgava corpos ensanguentados todos os dias. A cobertura jornalística do sistema prisional brasileiro constrói o discurso da monstruosidade atrelada ao sensacionalismo, que corroboram com uma cultura de medo e estigmatização de pessoas privadas de liberdade.

A imprensa brasileira é um dos mecanismos de insuflação do medo coletivo, principalmente da elite em relação às camadas pobres da população. Em nome da 'sensação de segurança', adotam-se medidas de contenção e afastamento dos pobres, que só participam da vida das metrópoles como pano de fundo da violência. (...) Graças a esta configuração cultural e institucional, o medo realista transformou-se no pavor ou terror irracionais, e propiciou a volta da dicotomia nítida e absoluta entre o bem e o mal (Leite, 2002, p. 78).

O papel que a imprensa teve foi central. Um estudo que analisou a cobertura sobre a rebelião no portal da BBC explicou como aconteceu o evento de forma midiática

relatando a reação da população, a criteriabilidade da imprensa para a construção das notícias, o sensacionalismo sempre presente na divulgação das notícias e a influência que a mídia exerceu quando da pressão para que cessasse a grave onda de criminalidade na capital. O problema da crise de segurança na cidade gerou várias outras questões que necessitavam de atenção, como a crise carcerária no Brasil, o descaso na assistência dos presidiários, a violação dos direitos humanos, o abandono dos projetos de construções de novos complexos penitenciários, inclusive a reforma do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e principalmente a falta de segurança que a sociedade sofre nos dias atuais (Rodrigues, 2014, p. 32).

Em 2014, após a divulgação em rede nacional do vídeo do massacre na PSL II, as portas do Complexo foram abertas para a imprensa do Brasil e do mundo, que divulgou os detalhes da barbárie. E, quando não estiveram abertas, a imprensa invadiu, ávida para divulgar primeiro mais detalhes do presídio mais violento do Brasil. É por este motivo que tantas informações desconstruídas eram divulgadas, sem a devida checagem. O Complexo de 07 unidades era divulgado como se fosse uma só. Massacres que ocorriam em uma unidade eram divulgados como sendo de outras. Nomes de pessoas assassinadas divulgados erroneamente. Pessoas neutras que haviam sido assassinadas divulgadas como facionadas. A resposta para qualquer morte era: briga de grupos rivais. Para além da desorganização da SEJAP, muitos dos erros anunciados foram causados pela transformação do Complexo em um palco dos horrores, com todos os holofotes virados para eles.

Se analisada pela ótica dos critérios de noticiabilidade, a cobertura da pauta sem dúvida se encaixa em alguns dos valores-notícias abordados por Bond e catalogados por Silva (2005), como: incomum; referente ao governo; grandes perdas de vidas ou bens; que provoca emoção; de interesse de um grande número de pessoas; e assassinato. Contudo, a forma com que foi divulgado foi uma escolha editorial: de optar pela escatologia. Significa dizer que a demanda popular demonstra o gosto pelo estranho. Afinal, por que a rebelião foi tão interessante para a audiência?

Se Carandiru chocou o país pelo tamanho, Pedrinhas chocou pela monstruosidade. As cenas divulgadas foram constantemente comparadas à bestialidade. Segundo Sodr e e Paiva (2002), o interesse despertado pelo estranho faz parte da estética do grotesco. Funciona por catástrofe, uma dissonância da qual decorrem o espanto e o riso, senão o horror e o nojo.

Mas, neste caso, não é um riso qualquer. É uma espécie de algum modo associada ao Mal, ou pelo menos a que não se afigura como política e moralmente correto, capaz de redundar em crueldade (Sodr e; Paiva, 2002, p.62).

É um conceito que é associado diretamente à perda da humanidade, ao que   bestial, bárbaro e monstruoso.



*Figura 6 - O grotesco na arte. Pintura de Francisco de Goya - Saturno devorando seu filho (1819-1823).*

Na Tv brasileira, o grotesco ganha muita força no entretenimento.

No Brasil, a televisão massiva conquistou o seu público popular, explorando uma representação imaginária e rebaixada do povo nacional. De fato, a tevê caracteriza-se desde o início por um imaginário de “praça pública”, exatamente no sentido trabalhado por Bakhtin, isto é, a praça como “feira livre” das expressões diversificadas da cultura popular (melodramas, festas de largo, danças, circo, etc.) ou como lugar de manifestação do espírito dos bairros de uma cidade, com suas pequenas alegrias e violências, grosserias, ditos sarcásticos, onde a exibição dos altos ícones da cultura nacional confronta-se com o que diz respeito ao vulgar ou “baixo”: os costumes e gostos, às vezes exasperados, do populacho. A isso denominamos “estética do grotesco” (Sodré, 2015, p. 25).

Sodré (2015) conceitua que o gosto do brasileiro pelo vulgar, pelo que é baixo, pelo estranho e pelo monstruoso é reflexo de um imaginário teratológico acompanhado da banalidade e bestialidade por conta da experiência de terceiro-mundo e modernidade tardia em que vivemos. São como sombras em formato de entretenimento público, em especial o chocante.

O grotesco, enquanto categoria estética, assume espécies, em que, neste caso, pode ser categorizado enquanto chocante, que é quando uma obra tem apenas o objetivo de chocar, horrorizar, transformando em espetáculo, muito utilizado na comunicação e entretenimento.

Seja escatológico ou teratológico, quando voltado apenas para a provocação superficial de um choque perceptivo, geralmente com intenções sensacionalistas, o fenômeno pode ser classificado como “grotesco chocante”. A televisão brasileira também aqui aparece como fonte exemplar (Sodré; Paiva, 2002, p.69).

No espetáculo urbano apresentado na Tv, o monstruoso é sempre atrelado ao povo pobre, vulnerabilizado, em contraste com a elite. Os discriminados, dissidentes da estética correta e estabelecida pelas classes dominantes, se reconhecem nos personagens monstruosos. “Neles, a periferia pode reconhecer-se, deles, a elite pode distinguir-se: a televisão é o lugar da síntese” (Sodré, 2015, p. 25). No Complexo, as classes dominantes que ditam as regras de moralidade da sociedade, as quais não tem local de pertencimento na privação de liberdade, têm um afastamento daquela realidade absurda. Enquanto muitos periféricos nem precisam se reconhecer, apenas veem retratadas a vivência da realidade da criminalidade e encarceramento em sua localidade de moradia.

Com isso, o espetáculo se torna um produto, uma mercadoria, que retrata a relação das classes dominantes com o mundo. “O grotesco é a estratégia estética para a captação de públicos periféricos na televisão terceiro-mundista. Graças a este recurso, constituíram-se redes nacionais de televisão até hoje poderosas em termos de audiência” (Sodré, 2015, p. 26).

Com isso, de um lado temos uma lógica de como a imprensa transforma eventos monstruosos em midiáticos e, do outro, temos atores que compreendem que precisam se superar na barbárie para que exista a divulgação. Os ingredientes para a criação de uma rebelião que matou 63 pessoas.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

A ideia de produzir o livro reportagem “Complexo de Pedrinhas: histórias de amor e ódio no presídio que chocou o país” surgiu da pesquisa qualitativa que realizei para obtenção do grau de bacharelado em jornalismo, na qual se propôs a contar histórias de pessoas envolvidas com a violência urbana, problematizando a banalização da morte dentro da periferia. O título foi propositalmente escolhido com o nome anterior da unidade prisional, para manter a linha de sentido sobre o que as pessoas já conhecem dos eventos.

Porém, a proposta tanto de pesquisa quanto de produto que envolvesse os dramas vivenciados pelas famílias de periferia vem de muito antes da graduação. Como já abordei na introdução deste relatório, meu ponto de vista não é imparcial ou isento. Minha pesquisa nasce na vivência que tive enquanto criança negra que teve sua base na periferia. Assim como tantas outras famílias, minha história se junta às estatísticas tendo tido familiares assassinados por crimes violentos letais e, ainda, familiares que ingressaram no sistema penitenciário. Essas histórias criam marcas profundas na vivência dessas famílias e é sobre essas dores e lutas que resolvi escrever.

Por se tratar de um mestrado profissional, o objetivo já seria a criação de um produto para ser entregue ao final. Escolhi a escrita sensível por conta do reconhecimento de habilidade pessoal, tanto em entrevistar pessoas como a de contar histórias, mesclando com o caráter informativo do jornalismo. Tenho influência na escrita de diversos autores que utilizam livros-reportagem como forma de pautar problemáticas sociais. Dessa forma, o objetivo seria transformar a dor de diversas famílias periféricas que são atravessadas pela violência em um instrumento de luta pelos direitos humanos na discussão para a criação de possíveis novas políticas públicas na área. Logo, o livro-reportagem como produto foi tomando forma.

O Complexo Penitenciário foi escolhido para a pesquisa pelo evento de 2013/2014 ter tomado proporções nacionais e até hoje ser considerado um divisor de águas para entender a política de segurança pública no Maranhão. Localizado no km 13 da BR-135, no bairro Pedrinhas, é uma das primeiras coisas que alguém olha ao entrar por terra no perímetro da

capital do estado: São Luís. Inicialmente o trabalho abordaria apenas as antigas unidades: Penitenciária de Pedrinhas, Central de Presos Provisórios e Casa de Detenção, por terem sido as unidades com rebeliões mais divulgadas. Entretanto, após o início da pesquisa foi necessário abordar todo o Complexo como uma só instituição, haja vista que as rebeliões foram generalizadas por conta da política de facções e porque as medidas, à época, também foram tomadas como um todo: petição, inspeções, medida cautelar, intervenção, reformas e melhorias.

A metodologia desta investigação foi definida após uma grande dificuldade encontrada em obter dados da maneira tradicional, além de sugestões da banca de qualificação e dos próprios entrevistados, muitos deles atuando na área de defesa dos direitos humanos. Tomei a decisão de utilizar a metodologia bola de neve para conseguir ter acesso aos personagens do produto e, principalmente, de relatórios. Conversando com uma pessoa, que indicava outra, que dava um documento, que tinha o nome de outra, uma coisa levando a outra, percurso esse que será destrinchado abaixo.

Primeiramente, realizei pesquisa bibliográfica que teve como pilares três eixos: 1- a relação entre a construção do sistema punitivo brasileiro e racismo institucional com o cenário de crise penal na época em que ocorreram as chacinas; os conceitos de Comunicação do Grotesco, de Muniz Sodré e Raquel Paiva, e Banalização do Mal, de Hannah Arendt; e a caracterização do sensacionalismo; e de como as chacinas foram transformadas em evento midiático. Também contribuem para o embasamento teórico da pesquisa dados e relatórios do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, da Ouvidoria Nacional Penal, do IBGE, da SSP/MA, da SEDIHPOP/MA, da SEAP/MA, da SMDH, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do Congresso Nacional etc. A grande maioria destes relatórios eu tive acesso por meio de pesquisa em buscadores na internet. Alguns eu tive acesso por meio de cessão de materiais de arquivo pela ex-ouvidora Nacional Penal, Valdirene Daufemback; pela superintendente de Combate à Violência Institucional da SEDIHPOP/MA, Camila Portela; e pela assessora de Comunicação da SEAP/MA, Talyanne Abreu. Durante a narração do percurso, demonstrarei como cada um deles foi solicitado. A proposta é que os dados coletados também contribuam para a narrativa como uma forma de discussão sobre a crise penal brasileira.

Também na fase inicial foi realizado um levantamento de notícias jornalísticas para realizar a linha do tempo para os eventos ocorridos na instituição. Por outro lado, essa pesquisa teve o apoio imprescindível dos relatórios realizados pela Sociedade Maranhense de Direitos

Humanos que serviram de base para a petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das resoluções que se desdobraram desse ato.

Em seguida, observei de que forma seria possível ter acesso às pessoas a serem entrevistadas para o livro, principalmente por se tratar de um assunto muito delicado. No início, meu objetivo era entrevistar apenas pessoas que já haviam sido privadas de liberdade e familiares. Contudo, quando encontrei relatórios sobre as denúncias e toda atuação de muitas pessoas para que o problema começasse a ser tratado com seriedade, percebi que seria impossível fazer um apanhado do que aconteceu sem ouvir esses agentes. Estabeleci peças fundamentais a serem ouvidas: familiares, pessoas que tinham sido privadas de liberdade no período que o livro retrata, peticionários da denúncia internacional, defensores de direitos humanos, e agentes de Estado tanto da esfera nacional quanto estadual. Contudo, enfrentei uma grande barreira que foi o tempo passado. Quando iniciei a pesquisa, já fazia mais de dez anos do início da rebelião continuada de 2013.

Destacadas essas considerações, apresento os dados contextuais do campo e percurso metodológico desta pesquisa.

### 3.1 APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO E DO CAMPO

A ideia inicial desta pesquisa era de produzir um livro-reportagem contando histórias de famílias que haviam sido transpassadas pela institucionalização. Contudo, por conta da falta de informações disponíveis nos mecanismos de busca da internet; desencontro de informações noticiadas por veículos de comunicação; relevância do tema para a discussão do sistema prisional; e pelo meu desejo de que este livro também pudesse ter um papel na discussão contra o superencarceramento e violações de direitos humanos, o propósito foi ampliado para que o produto pudesse falar também sobre a intervenção realizada no Complexo, a pertinência dessa discussão até hoje e sobre como as famílias eram abaladas nesse contexto. A perspectiva é que o livro funcione como checagem de informações (já que na época os motins eram noticiados trocando nomes de pessoas, unidades e muita especulação sobre as motivações), além de reunião de fatores que provocaram a rebelião continuada e o que foi feito para que parasse de ocorrer.

Com isso em mente, percebi que precisaria conhecer as unidades para que pudesse escrever sobre elas. Como já haviam se passado mais de 8 anos e muitas intervenções foram realizadas, o material imagético divulgado pela imprensa não fazia ser possível estabelecer de

forma compreensível o que aconteceu no Complexo entre os anos de 2013 e 2014. Por conta da Pandemia de Covid-19, as visitas acadêmicas estavam suspensas nas unidades prisionais em 2021 e 2022. Logo, para entender melhor o que tinha acontecido, percebi que precisava buscar pessoas que tivessem realizado as vistorias e que pudessem narrar como estava a estrutura e situação no Complexo.

Durante a leitura de material na pesquisa bibliográfica, encontrei a tese de doutorado de Clarice Calixto, apresentada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, “Mídia e Castigo: a cobertura do Jornal Nacional sobre a prisão”, onde ela descreveu na introdução do trabalho que tinha atuado no Complexo no momento de crise por alguns meses enquanto representante do Ministério da Justiça. Tendo essa informação, busquei seu nome na internet, que me levou às redes sociais. Enviei o pedido de entrevista e expliquei sobre minha pesquisa, no que ela prontamente se disponibilizou a me ceder entrevista. A partir do que ela narrou, pude compreender melhor como os governos do Estado e Federal atuaram na época. Ela também me indicou outras duas pessoas que estiveram no Comitê de Crise com ela para que eu procurasse.

Outro documento encontrado foi o relatório “Violência Continuada: dois anos da crise em Pedrinhas” produzido pela ONG Conectas de Direitos Humanos, em parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. O documento demonstrava que essas instituições foram responsáveis pela denúncia internacional. Logo, entrei em contato com a SMDH para solicitar entrevista com Josiane Gamba, a pessoa que assinou o relatório como representante na época. Eles prontamente atenderam ao pedido e, dessa forma, tive o relato sobre como ocorreram as rebeliões, as intervenções feitas pela sociedade civil e petições. A entrevistada também indicou outras duas pessoas para serem entrevistadas.

Dessa forma os entrevistados foram indicando outros como uma bola de neve e consegui obter relatos narrando as rebeliões, relatórios, efeitos, causas e consequências. Percurso esse que será narrado no próximo capítulo com maiores detalhes.

Considerando a necessidade de realizar uma visita ao Complexo, em especial nas unidades em que houve os piores motins, e de dados concretos sobre o que o Estado havia feito a respeito das medidas cautelares da OEA, procurei entrar em contato com a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP). De início, realizei um pedido no sistema de acesso à informação com perguntas sobre o que o Governo do Estado já tinha cumprido da

decisão internacional (Apêndice A). A resposta que me foi dada foi de apenas uma das perguntas e de que esse era um material confidencial. Acreditando que essas informações deveriam ser de domínio público, procurei a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, especificamente a Coordenação de Combate à Violência Institucional, - que, inclusive, teve sua criação como resposta a uma das medidas da OEA - para solicitar informações sobre o que a secretaria tinha acompanhado nesses últimos anos e se poderiam me colocar em acesso com a SEAP. Vale ressaltar que tive acesso facilitado ao setor por ser o meu local de trabalho atualmente. A visita à SEDIHPOP teve dois resultados: 1- acesso aos documentos e relatórios, inclusive os nomes e situação de todos que foram assassinados no presídio entre 2013 e 2014; e 2- acesso à assessora de gabinete da SEAP.

Desta forma, pude solicitar uma reunião com o secretário de Estado da Administração Penitenciária, Murilo Andrade, via gabinete. A entrevista com ele foi tanto enquanto profissional que visitou o Complexo em 2014 durante a crise, quanto como gestor público e o que havia feito para melhorar a situação do sistema carcerário maranhense. Como saldo da reunião recebi a autorização institucional e, ainda, autorização para entrada nas unidades que são o foco da pesquisa (Apêndices C e D), além de relatórios sobre a gestão.

Com a autorização do secretário, fui acompanhada pela assessora de Comunicação, Talyanne Abreu, para que eu pudesse ter acesso ao setor responsável pela autorização de visitas acadêmicas. Tive que enviar toda a documentação necessária: um ofício solicitando a visita às unidades (Apêndice E), formulário de visita e declaração de risco, além da minha documentação pessoal. A autorização foi deferida e o ofício enviado para a portaria unificada do Complexo para que eu conseguisse ter minha entrada liberada (Apêndice F). Se passaram três meses desde a reunião com o secretário até que, finalmente, houvesse uma data disponível para que um engenheiro que acompanhou os últimos dez anos pudesse me acompanhar. A solicitação por alguém da equipe de engenharia se deu por conta da necessidade de que, durante o acompanhamento, pudesse explicar onde havia intervenção de obras estruturantes ou paliativas. Desta forma eu pude ter uma perspectiva de como as unidades eram há dez anos.

A partir disso, pude realizar a visita às unidades: UPRSL I, antiga Penitenciária de Pedrinhas (a primeira unidade a ser construída do Complexo); UPRSL II, antiga Cadet; UPSL III, antigo CCPJ; UPSL IV, antigo PSL I; UPRSL VI, antigo CDP; e Triagem. Por ser tantas unidades, a visita teve que ser feita em três dias, com duas unidades por dia.



Figura 7 - Foto de Satélite das unidades do Complexo atualmente. Fonte: da autora/Google Maps.

O primeiro dia foi o mais demorado e complicado, pois tiveram que procurar o escritório liberando minha entrada. Também era uma sexta-feira, dia de visita em todas as unidades, logo, a portaria estava lotada de pessoas com sacolas de comida, roupa de cama e banho, ventiladores, rádios, produtos de higiene pessoal, entre outros.



Figura 8 - Parte de dentro da Portaria Unificada, a foto mostra o balcão de entrega de materiais para inspeção. Fonte: da autora.

Como parte das regras do Complexo, não pude entrar nem com meu celular e nem com um gravador à pilha. Existe uma rígida lista do que pode entrar e tudo tem que estar devidamente autorizado. Pude entrar apenas com um caderno e caneta para anotar os apontamentos de pesquisa. Fui instruída a ir sem acessórios metálicos e utilizar roupas leves, escolhi uma calça e blusa sem zíper ou botões metálicos para que isso não dificultasse minha entrada. Passei pelo processo obrigatório da entrada de todos no Complexo que foi, em sequência: confirmar minha autorização de entrada com apresentação de documento de identificação; entregar meu celular no guarda-volumes; entregar meus pertences pessoais para inspeção na máquina de raio-x como caderno, bolsa etc.; passar pelo detector de metais - que apitou por causa dos meus óculos de grau; passar pelo bodyscan, após cadastro no sistema da máquina; e, por fim, retirar meus pertences pessoais que passaram por inspeção. Considerando que todo aspecto é relevante para a ciência, eu acabara de sofrer um acidente que ocasionou uma lesão em meu joelho, fazendo que precisasse de muleta para me locomover, claramente esse era o maior acessório metálico que eu tinha e ela também precisou ser inspecionada no raio-x.

A primeira visita foi às unidades 2 e 3, as chamadas irmãs problemáticas, palcos de algumas das maiores rebeliões. Na segunda visita foram as unidades 1 e 4. E na terceira, foram as unidades 6 e Triagem.

O procedimento foi o mesmo em todas após a inspeção na portaria: 1- passar pela recepção de cada um se identificando novamente e pelo detector de metais; 2- se apresentar para a direção da unidade e explicar a pesquisa, solicitando apoio dos policiais penais para entrar nos pavilhões; 3- percorrer a área da unidade, entrando em pelo menos um dos pavilhões (em sua maioria foram escolhidos os blocos mais pacíficos, chamados de alas dos evangélicos); 4- verificar espaços de estudo, oficinas, quadras, bibliotecas, fábricas e demais locais destinados à ressocialização e remissão de pena.

Durante as visitas pude saber quais intervenções já haviam sido feitas pelo Estado nas unidades. Também conversei com diretores, policiais penais e pessoas privadas de liberdade sobre como era antes e como está a situação atual, para que pudesse descrever no livro. Consegui, também, entrevistar pessoas que estiveram diretamente na contenção das rebeliões em 2013. O objetivo inicial do projeto deste produto era utilizar a metodologia etimológica para

conhecer os fluxos, dia a dia, linguagens utilizadas nas unidades etc. Contudo, por questões de segurança, ficou inviável fazer uma pesquisa contínua no Complexo, alterando a metodologia para a da observação, atingindo os mesmos objetivos.

A partir dessa trajetória, existiram quatro linhas de obtenção de informações para o livro: 1- publicações em veículos de comunicação disponíveis online; 2- entrevistas presenciais ou online com pessoas que vivenciaram a rebelião de alguma forma; 3- a partir dos relatórios disponibilizados; e 4- coletas nas visitas e conversas com diversas pessoas.

Adiante, apresento os entrevistados e como ocorreu o processo de busca e execução das entrevistas.

### 3.2 ENTREVISTADOS

O processo de escolha dos entrevistados se deu majoritariamente no formato do jornalismo investigativo - indo atrás dos nomes das pessoas e tentando contatá-las, utilizando a metodologia bola de neve. Por ser um tema muito específico, não seria possível criar um grupo de pessoas para participarem da pesquisa ou abrir formulários para ser enviado. Cada pessoa teve uma vivência diferente da rebelião, com uma história e perspectiva diferente e isso fez com que a metodologia desta pesquisa fosse mais maleável.

Os entrevistados da sociedade civil organizada e os agentes de Estado foram escolhidos por conta da relevância na atuação com a temática, entendendo-se que precisaria de informações e do ponto de vista das pessoas que estiveram nessas entidades/instituições. Os familiares, por sua vez, foram mais difíceis de encontrar, por isso foi aproveitado o relato de qualquer pessoa que se propôs a ser entrevistada.

Preciso ressaltar que o objetivo inicial da pesquisa era entrevistar aproximadamente 50 pessoas. Número estabelecido por conta da experiência prévia do trabalho de conclusão da graduação de Jornalismo, que também foi um livro reportagem, na qual as pessoas tinham mais dificuldade de lembrar detalhes e precisavam de várias para costurar uma história. Outro detalhe é que não previ que teria acesso a pessoas centrais na crise, com tantos dados para serem trabalhados. Ao longo desta pesquisa foi possível perceber que não aconteceria isso, mesmo se passando 10 anos do ocorrido, os eventos foram tão marcantes para a maioria das pessoas que vinham com muitas informações e detalhes. Inclusive, seria completamente inviável ter tempo

hábil para trabalhar com tantos dados. Com isso, ao final, foram entrevistadas 25 pessoas, além de relatos coletados espontaneamente de policiais penais.

A primeira entrevistada foi Clarice Calixto, doutora em Direito pela UnB, como já supracitado. Ela foi contactada por seu nome estar em relatórios do grupo de crise de 2014, além da menção ao Complexo em sua tese. A perspectiva de sua entrevista foi ter informações sobre como o Governo do Maranhão e o Ministério da Justiça lidaram com a crise no início de 2014, o que foi implementado e quais foram os desdobramentos. Ela indicou o contato de Valdirene Daufemback e Camila Neves que também estiveram presentes nessa atuação de contenção da rebelião. A entrevista com ela foi online, seguindo o roteiro semiestruturado (Apêndice G), gravada, por meio da plataforma Google Meet.

Logo em seguida, Josiane Gamba foi entrevistada para falar sobre o trabalho de monitoramento feito pela SMDH e sobre a petição internacional. Foi possível ter contato com ela por meio de solicitação à assessoria de comunicação da organização. A ativista em Direitos Humanos deu um panorama de como a sociedade civil organizada se uniu para que pudesse ser tomada uma medida enérgica a respeito dos massacres. Ela indicou Luís Pedrosa e Igor Almeida que auxiliaram nas inspeções, visitas aos familiares e texto da petição. A entrevista com ela foi online, não gravada por conta de falha no aplicativo, por meio da plataforma Google Meet. As anotações foram feitas manualmente.

Seguindo as indicações, Pedrosa foi entrevistado primeiramente por conta do relato de Josiane de que ele tinha acompanhado as inspeções. Durante a entrevista, descobri que ele atuava nas negociações de rebeliões. Como um grande pesquisador da área, sua entrevista teve a perspectiva de muitos dados sobre o histórico de rebeliões no sistema prisional maranhense e sua opinião sobre a forma que essa política era e é conduzida no estado. Na época, Pedrosa estava representando a OAB-MA na petição. Ainda, Igor Almeida também contribuiu mais na parte técnica, já que essa foi a sua maior atuação no caso, ao contrário de outros membros da SMDH que tinham um envolvimento mais diário com a situação do Complexo. As entrevistas com ambos foram online, gravadas, por meio da plataforma Google Meet.

Como indicado por Clarice, entrei em contato com Valdirene Daufemback, que era Ouvidora Penal em 2014 e visitou o Complexo para auxiliar na reestruturação como forma de contenção de crise. A partir da sua entrevista, foi possível ter um panorama sobre o efeito das multirebeliões que aconteceram no país, em especial no norte e nordeste por conta da expansão

das grandes facções nacionais vindas do Sudeste. Ela apontou as principais falhas em garantir o cumprimento da LEP e dos direitos humanos. A entrevista com ela foi online, gravada, por meio da plataforma Google Meet.

Camila Neves foi a segunda pessoa indicada por Clarice, por se tratar de uma servidora do Ministério da Justiça na época. Para contenção da crise, o Governo do Maranhão precisou ter alguém com experiência em crises penais para compor a equipe de trabalho a longo prazo, a pessoa teria que se mudar para o Maranhão e foi a Camila. Além disso, ela também compôs os primeiros anos do governo Flávio Dino no pós-crise. Ela indicou o secretário de Estado, Murilo Andrade. A entrevista com ela foi online, gravada, por meio da plataforma Google Meet.

Para manter o anonimato das famílias de pessoas que estiveram em situação de privação de liberdade, neste trabalho elas serão nominadas por letras do alfabeto. A entrevistada A, no livro chamada de Dona Margarida, foi um achado por meio de contatos em comum. Comecei a procurar pessoas que tivessem tido parentes em privação de liberdade entre 2013/2014 em grupos de amigos e colegas. Uma dessas pessoas falou que a entrevistada A tinha um filho, entrevistado B, que tinha sido preso por esta época. A entrevistada A concordou em fazer parte da pesquisa e contou sua história. Para dar vida aos personagens do livro e dar o tom de emoção necessário para compreendê-los enquanto pessoas tidas como “normais” na sociedade, foram entrevistas mais demoradas em que a pessoa era guiada a fazer o relato de como o filho era antes do cárcere, do que levou a família a esta situação, como foi a experiência e, principalmente, os sentimentos envolvidos. O filho, entrevistado B, foi menos cooperativo, com ele foi possível apenas tirar algumas dúvidas e preencher lacunas. Ainda da mesma família, a entrevistada C, neta da A, por ser mais jovem, conseguiu lembrar de detalhes que pudessem situar a história temporal e espacialmente, além de indicar quem eram as pessoas que mais atuaram no caso na época. Também conversei com a entrevistada D, filha da A, ela também pode narrar algumas cenas e explicar coisas que a A não lembrou. A entrevista com A foi semi-estruturada, com perguntas já pré definidas (Apêndice H) e perguntas livres que foram sendo desenvolvidas no momento, de acordo com o que foi exposto. As outras entrevistas com a família foi para checar dados e preencher lacunas, logo, as perguntas foram com base na entrevista de A. A entrevista com A foi presencial, em sua casa, gravada com o aplicativo de gravador de áudio do celular. Com os entrevistados B, C e D, foram em suas respectivas casas, sem gravação, anotações realizadas manualmente.

Além de ser uma indicação de Camila, Murilo Andrade já estava na lista para ser entrevistado por ser o secretário responsável pela pasta atualmente. Também tentei entrevistas com Sebastião Uchoa, antigo secretário, ou então a ex-governadora, Roseana Sarney, para ter ao menos uma nota sobre o que tinham a dizer da gestão de crise, mas não houve retorno. Murilo deu entrevista tanto como agente que chegou a fazer uma visita ao Complexo em 2014, quanto como responsável pela SEAP, que precisou investir muito para que as mortes diminuíssem. Com essa entrevista, pude ter acesso aos relatórios de gestão e visitar o Complexo, com acompanhamento de pessoa que poderia dar as informações necessárias para o livro. A entrevista com ele foi presencial, em seu gabinete, gravada com o aplicativo de gravador de áudio do celular.

Durante a busca de familiares em grupos de contatos, me foi indicado o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Negro Cosme, mais especificamente duas pessoas que faziam parte dele em 2013, porque eles assessoraram alguns familiares na época. Uma das pessoas indicadas disse que não tinha nenhum contato, já a segunda, Larissa, aceitou dar entrevista porque acompanhou toda a rebelião enquanto estudante de Direito da UFMA. O Najup fazia parte de uma associação de familiares de pessoas privadas de liberdade chamada Revoar. A partir da entrevista da Larissa foi possível entender como a sociedade civil se organizou para pleitear mudanças no Complexo. O Najup, no caso, dava suporte para os familiares sobre como exercer seus direitos e como acessar informações. Ela indicou para participar da pesquisa uma das mães mais engajadas na época e o policial penal, Martins. A entrevista com ela foi online, gravada, por meio da plataforma Google Meet.

A entrevistada E, no livro nomeada de Diane - nome escolhido em alusão ao filme *Mommy*, cuja trajetória é parecida com a da entrevistada - fazia parte da Revoar enquanto acompanhava seu filho que estava em privação de liberdade em 2013/2014. Ao contactá-la, ela prontamente aceitou contar a sua história e de como foi viver o caos de rebeliões com um filho dentro do Complexo. Ela também se identificou como defensora dos direitos humanos e contou porque os familiares decidiram se reunir em uma associação. A entrevista com ela foi online, gravada, por meio da plataforma Google Meet. Ela indicou outra mãe que teve seu filho institucionalizado neste período. Ainda, indicou uma defensora pública que auxiliou muito os familiares na época, entretanto, ela não conseguiu conceder entrevista.

O policial penal Martins é um ativista que participa de vários grupos que discutam a melhoria do sistema penal maranhense, assim como a defesa dos direitos de pessoas privadas

de liberdade e seus familiares. A entrevista com ele foi para entender como era a rotina dentro do presídio em que trabalha há mais de 30 anos, a Penitenciária de Pedrinhas. Assim como, ter acesso a informações sobre como tem sido a evolução e como foram as rebeliões. A entrevista com ele foi presencial, em um café escolhido por ele, gravada com o aplicativo de gravador de áudio do celular.

A outra mãe da Revoar, indicada pela entrevistada E, foi a entrevistada F, no livro chamada de Lucinda. Apesar de terem se passado dez anos, ela foi uma das pessoas com a maior memória sobre como era a rotina de visitar seu filho, os abusos e humilhações que sofreu e o medo de ter um filho lá dentro naquela época. A entrevista com ela foi online, gravada, por meio da plataforma Google Meet.

A quarta família a contar sua história foi mais difícil de localizar. A partir da lista de pessoas que foram assassinadas e seus respectivos endereços, separei os que eu poderia procurar no bairro de forma segura, ou seja, os que residiam no bairro da Vila Isabel Cafeteira, onde conheço lideranças comunitárias. Entrei em contato com um pastor que viveu a vida inteira neste bairro e conhece muita gente, ele se dispôs a procurar 5 endereços comigo. Contudo, só tínhamos a informação da rua em que a pessoa morava quando foi encarcerada há dez anos, era um “tiro no escuro”. Fomos até a rua do primeiro endereço e perguntamos para moradores se conheciam os nomes das pessoas, sinalizando até que tinha perdido um filho, mas não encontramos nada. Então procuramos outra pessoa que conhecia muita gente dentro bairro e dentre os nomes apresentados, ele reconheceu os três irmãos que tinham sido mortos e disse que sabia onde era a casa do pai. Ele se tornou o entrevistado G, contando a história do bairro e como aquela família estava interligada, contou também sobre como a região dentro do bairro era conhecida como uma das mais perigosas. O entrevistado G nos levou até a casa daquela família, mas descobrimos que quem morava ali atualmente era uma irmã do pai dos três irmãos e uma sobrinha. A sobrinha se tornou a entrevistada H, que contou como estava o contexto familiar passados os dez anos dos assassinatos, passou fotografias e disse como tinha ocorrido a prisão, as mortes, quem tinha feito e outros detalhes. Ela se propôs a me levar até a casa da mãe dos irmãos, já que o pai estava impossibilitado de saúde devido ao trauma que sofreu. Essa era uma região que não se pode entrar sem autorização ou desacompanhado de alguém conhecido, por isso ela estava comigo e me apresentou a família como uma colega e que era estudante da UFMA, dessa forma eles não ficariam desconfiados. Após explicar como funcionaria a pesquisa para a mãe, ela aceitou contar sua história, mas não aceitou falar sobre a criação dos filhos, por ser um assunto muito doloroso. Dessa forma, a mãe, entrevistada I, no

livro chamada de Teresa, narrou como eram seus filhos e como tinha acontecido a tragédia que destruiu sua família. A entrevista com todos estes foi presencial, em suas casas, gravadas com o aplicativo de gravador de áudio do celular. Por meio desta família foi possível saber o contexto da morte das outras duas pessoas que também eram da Vila Isabel Cafeteira.

Durante as visitas ao Complexo Penitenciário, encontrei pessoas que estavam presentes durante a rebelião continuada e que se disponibilizaram a ser entrevistadas e passar informações sobre como ocorreram, já que o relato disponível dos veículos de comunicação tinha dados desconstruídos. Wilma Roseane é atualmente a diretora da Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís (UPRSL) IV, antigo Presídio São Luís I. Em 2013 era diretora do antigo CCPJ, unidade localizada ao lado da Cadet, por isso acompanhou de perto a pior das rebeliões em Outubro. Ela narrou como era seu dia a dia naquela época e como foi o motim. A entrevista com ela foi presencial, em sua sala na UPRSL IV, sem gravação, pois não podia entrar com nenhum aparelho no Complexo. As anotações foram realizadas manualmente. Após a saída do Complexo, registrei por meio de gravação de voz, diversos dados para que pudessem ser lembrados posteriormente.

Ainda durante as visitas, na unidade UPRSL VI, antigo CDP, Michael, o diretor dessa unidade, também se dispôs a dar entrevista. Em 2013 ele era diretor do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop) e participou da contenção de todos os motins. A partir de sua entrevista foi possível localizar onde aconteceu cada evento, já que nos veículos de comunicação eram divulgados de forma errada, confundindo as unidades. A entrevista com ele foi presencial, em sua sala na UPRSL VI, sem gravação, pois não podia entrar com nenhum aparelho no Complexo. As anotações foram realizadas manualmente. As entrevistas com eles não seguiram o padrão das anteriores, começaram com o questionário para os policiais penais (Apêndice I) e evoluíram para o relato, pois foram espontâneas.

Ainda seguindo o mesmo processo que localizou uma das famílias na Vila Isabel Cafeteira, entrei em contato com um policial do bairro Liberdade que já havia participado da pesquisa do meu TCC, por saber que ele conhecia muitas pessoas do bairro. Procurei por uma família de uma das histórias que pré-selecionei, como a dos três irmãos assassinados, e ele conhecia, pois era vizinho. Ele conseguiu me dizer o que tinha acontecido com a família após a tragédia, contudo, não foi possível contactá-los, pois mudaram para outro município no interior e ninguém tinha mais um telefone ou alguma outra forma de contato. Ele foi o

entrevistado J, que se deu online, por meio de perguntas no aplicativo de mensagens *Whatsapp* e respostas em formato de áudio, que foi a forma como ele se sentiu confortável.

Por entender que muitas pessoas acabam se viciando em drogas por conta de um processo de adoecimento mental ou por transtornos não diagnosticados, procurei a entrevistada K, psicóloga, para ajudar a descrever como é a mente de alguns dos personagens específicos. A entrevista com ela se deu online, por meio de perguntas no aplicativo de mensagens *Whatsapp* e respostas em formato de áudio.

Para ter um ponto de vista sobre os profissionais da imprensa que tiveram que pautar a rebelião continuada por diversos meses, entrevistei uma jornalista, a entrevistada L, que teve que fazer a cobertura direto da entrada de um dos presídios. A entrevista com ela se deu online, por meio de perguntas no aplicativo de mensagens *Whatsapp* e respostas em formato de áudio.

Por fim, como fechamento do livro, foi entrevistada a filha da entrevistada E, a entrevistada M, para contar como está sua vida hoje em dia, tendo crescido em um ambiente violento por causa do seu irmão. A entrevista com ela se deu online, por meio de perguntas no aplicativo de mensagens *Whatsapp* e respostas em formato de áudio. Completando o epílogo, tem a história do entrevistado N, um jovem que foi apreendido agora em 2023. A perspectiva de sua entrevista é mostrar que estamos reproduzindo as mesmas práticas dez anos depois. Para conseguir essa entrevista, entrei em contato com a SVI da SEDIHPOP-MA, para que pudessem me ajudar a falar com um jovem que está sob a custódia da Fundação da Criança e do Adolescente. A entrevista com ele aconteceu presencialmente, por meio de visita à FUNAC, com anotações realizadas manualmente.

Muitas informações sobre os motins são de domínio público, disponíveis na internet, as entrevistas contribuíram para que as informações pudessem ser checadas, além de ter perspectivas de quem olhou, participou ou contribuiu de alguma forma com qualquer um dos eventos. O formato - se online, presencial ou qual plataforma seria utilizada - foi por escolha dos entrevistados, a maioria online foi pela impossibilidade de ser presencial, por morarem em outro estado ou município atualmente. Essa escolha do entrevistado foi primordial metodologicamente por ser um assunto muito sensível e, por isso, para que a pessoa se sentisse à vontade para falar sobre coisas tão pessoais e saber que seria respeitada, essa pesquisa teve que ter um cuidado a mais, pois era preciso estabelecer uma relação de confiança. Foi dada a todos a possibilidade do anonimato, porém, aos familiares foi estabelecido como

obrigatoriedade após a qualificação, pois muitas dessas pessoas ainda estão vivas e poderia ter algum risco para a sua segurança ou privacidade com o lançamento do livro. Também foi dada a possibilidade de que algumas informações dadas não estivessem diretamente relacionadas à pessoa que deu, para que não trouxesse prejuízos para ela, o que é chamado no jornalismo de informação em off. Outro acordo feito era de que as pessoas poderiam aprovar o que estaria sendo dito por elas no livro antes do lançamento deste, novamente para não trazer prejuízos à imagem ou integridade de nenhum dos participantes da pesquisa.

### 3.3 PROCESSO DE ESCRITA

Desde o projeto, o gênero do livro já estava definido como o híbrido livro-reportagem com o objetivo de unir a habilidade criativa da narrativa para abordar uma situação cotidiana, dando luz, de forma dramática, a um problema social que é banalizado e espetacularizado. Dessa forma, “depois de perceber a reportagem como um aprofundamento da notícia e a grande reportagem como a contextualização da mesma, resta ao livro-reportagem abordar extensivamente o fato reportado, nos mínimos detalhes” (Oliveira, 2006, p. 5).

Para a produção do produto foram utilizados outros livros-reportagens como referencial estético: *Carandiru e Prisioneiras* de Dráuzio Varella; *Presos que Menstruam* de Nana Queiroz; *Todo Dia a Mesma Noite*, *Holocausto Brasileiro* e *Arrastados* de Daniela Arbex. Todos esses livros abordam temáticas de Direitos Humanos ou tragédias sociais como forma de fomentar a discussão sobre o tema. As obras de Dráuzio Varella e Nana Queiroz tratam sobre o sistema penal brasileiro e abordam problemas que parecem ser comuns a todas as instituições de privação de liberdade, utilizando pessoas e fatos. Já os livros da Daniela Arbex são emocionantes, embora todos tratem de tragédias. A forma respeitosa que ela aborda as histórias e mistura os personagens com bastidores, informações e dados foram utilizados como parâmetro referencial para a obra *Complexo de Pedrinhas*.

O produto não foi escrito em uma única linha temporal, até porque isso nem seria viável. Para algumas pessoas que foram chamadas para ajudar a lidar com a crise ou divulgá-la, a linha do tempo se inicia em janeiro de 2014, com o Estado em colapso. Para outros entrevistados, a linha do tempo se inicia em 2010 ou antes disso, com a luta contra os problemas do presídio. Para familiares, no entanto, a história pode começar uma década ou até duas décadas antes. Posto isto, para que não ficasse confuso para o leitor, as histórias dos familiares foram agrupadas em trechos em capítulos juntas, são quatro ao todo. Em outra linha estão narradas as

histórias dos agentes e defensores dos Direitos Humanos. Além de tornar a narrativa mais organizada, essa proposta foi baseada na perspectiva de deixar o livro mais atraente, com recortes entre uma história e outra para causar o sentimento de desejo, o famoso “quero mais” no leitor e, assim, evitar a monotonia. Também para construir a sensação de proximidade do leitor de que pessoas privadas de liberdade são humanas, têm família, desejos e problemas como todo mundo, não somente como integrantes de rebeliões sangrentas. Para apresentação deste MPV (mínimo produto viável) foram finalizados 7 capítulos.

Para a escrita, os áudios das gravações das entrevistas foram decupados por meio de transcrição utilizando o aplicativo para aparelhos *Android*, *Transkriptor*. Após esta etapa, o texto corrido do relato do entrevistado foi utilizado como base para a construção dos diálogos e narração de suas histórias. Realizei um planejamento de acordo com os fatos que eram narrados para que pudessem ser posteriormente transformados em capítulos. Quando ocorriam eventos em que mais de um entrevistado narrou, os relatos eram organizados para que ficassem juntos e, em alguns, pudessem dar mais de um ponto de vista. As entrevistas que não foram gravadas, foram utilizadas as anotações feitas manualmente como base para a narrativa.

A tabela a seguir demonstra como foi planejada a organização dos capítulos:

Capítulos	Organização
Prólogo	História da morte da Ana Clara em um ataque a ônibus por facções; e vídeo divulgado pela imprensa sobre as decapitações no Complexo. A proposta é trazer os dois fatos que mais ficaram conhecidos por conta da divulgação nacional e internacional.
Capítulo 1 - Mães que carregam dores	Esse capítulo apresenta as quatro mães que são as protagonistas das histórias das famílias de pessoas privadas de liberdade. O ponto de partida de cada uma foi escolhido por elas mesmas, sobre quando iniciou a trajetória de mãe de uma pessoa institucionalizada.

Capítulo 2 - O inferno tem endereço	Apresentação de parte da estrutura e narração da rebelião de 09 de Outubro de 2013 que impulsionou a denúncia internacional.
Sessão de fotos	Fotos referentes ao conteúdo dos capítulos anteriores.
Capítulo 3 - Filhos problemáticos	Neste capítulo são demonstradas as circunstâncias em que os filhos que acabaram em situação de privação de liberdade começaram a ter problemas que os levaram a ter conflito com a lei.
Capítulo 4 - Defensores dos Direitos Humanos	Aqui são apresentados alguns dos atores que agiram para a realização da denúncia internacional. Também conta quem eram dois dos 23 mortos de Outubro.
Sessão de fotos	Fotos referentes ao conteúdo dos capítulos anteriores.
Capítulo 5 - “Levaram meu filho lá para as Pedrinhas”	Continuação das histórias dos familiares. Aqui, os problemas em que os filhos se envolveram se agravam.
Capítulo 6 - A denúncia	Esse capítulo traz os argumentos que serviram de base para a denúncia internacional e o histórico do presídio. Também conta quem eram dois dos 23 mortos de Outubro.
Sessão de fotos	Fotos referentes ao conteúdo dos capítulos anteriores.
Capítulo 7 - O elo entre a família e o cárcere	Esse capítulo narra os desafios que os familiares tinham e têm que enfrentar quando tem alguém em privação de liberdade.

Capítulo 8 - Enfim, uma resposta	Rebelião continuada e recomendações da CIDH. Também narra o final do ano de 2013 e traz histórias de mais 2 dos 23 mortos de Outubro.
Sessão de fotos	Fotos referentes ao conteúdo dos capítulos anteriores.
Capítulo 9 - Em memória de Ana Clara	Esse é o capítulo que narra os ataques em São Luís no começo de 2014, crise midiática e posicionamento dos governos Estadual e Federal. Também conta quem eram 2 dos 23 mortos de Outubro.
Capítulo 10 - Como as mães ficam presas junto com os filhos	Esse capítulo narra o medo, as humilhações e violações de Direitos dos familiares.
Sessão de fotos	Fotos referentes ao conteúdo dos capítulos anteriores.
Capítulo 11 – Desdobramentos	Esse capítulo traz as primeiras medidas realizadas em 2014 e todos os erros de conduta que estavam sendo realizados pela direção do presídio. Também traz as medidas cautelares da OEA em que o Estado se torna réu por violar os Direitos Humanos. Por fim, narra mais 2 histórias dos 23 mortos de Outubro.
Capítulo 12 – Formigueiro	Desfecho de duas das famílias. Além disso, o capítulo continua narrando a história das outras duas.
Sessão de fotos	Fotos referentes ao conteúdo dos capítulos anteriores.
Capítulo 13 - Erros custam vidas humanas	Aqui é narrado como mesmo após muitas intervenções a crise continua por falta de preparo para lidar com as situações por parte do Estado.

	Também narra mais 2 histórias dos 23 mortos de Outubro.
Capítulo 14 - Qual palavra descreve uma mãe que perdeu o filho?	Desfecho das histórias das outras duas mães. Por fim, narra mais 3 histórias dos 23 mortos de Outubro.
Capítulo 15 - Dez anos após a rebelião continuada	Panorama da segurança pública, posicionamento da sociedade civil, dados do que mudou no sistema prisional e como as medidas cautelares foram atendidas. Esse capítulo também traz a problemática do sucateamento da polícia civil, alto financiamento do policiamento ostensivo e o superencarceramento no país.
Sessão de fotos	Fotos referentes ao conteúdo dos capítulos anteriores.
Epílogo	Começa com a história de como está a irmã de um dos personagens do livro após dez anos. Narra também a história de um jovem que entrou agora em 2023 no sistema prisional, com a perspectiva de que o ciclo é interminável.

Como o produto é um MPV entregue na defesa de dissertação, atualmente o livro conta com 124 páginas. Ao final, no lançamento, o livro terá aproximadamente 250 páginas.

### 3.4 EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

O livro foi escrito de forma corrida no programa *Word*, da *Microsoft*. Após organização e revisão ele foi diagramado por meio da plataforma para autores independentes do *Kindle* da *Amazon*. Para a apresentação do MPV, a capa, guarda, contracapa, falsa folha de rosto, folha de rosto e sessões de imagens foram diagramadas pelo *Canva*. Os infográficos e mapas apresentados foram construídos no *Canva* com fonte dos programas do *Google* como o *Google Maps* e o *Google Earth*. As fotos foram editadas ou tratadas nos aplicativos *Lighthouse* ou *Canva*, a fonte de pesquisa delas foi em relatórios, páginas de veículos de imprensa e arquivos pessoais.

Para o lançamento oficial do livro-reportagem, o objetivo é que a capa, guarda, contracapa, falsa folha de rosto, folha de rosto e sessões de imagens sejam produzidas de maneira mais profissional por um designer.

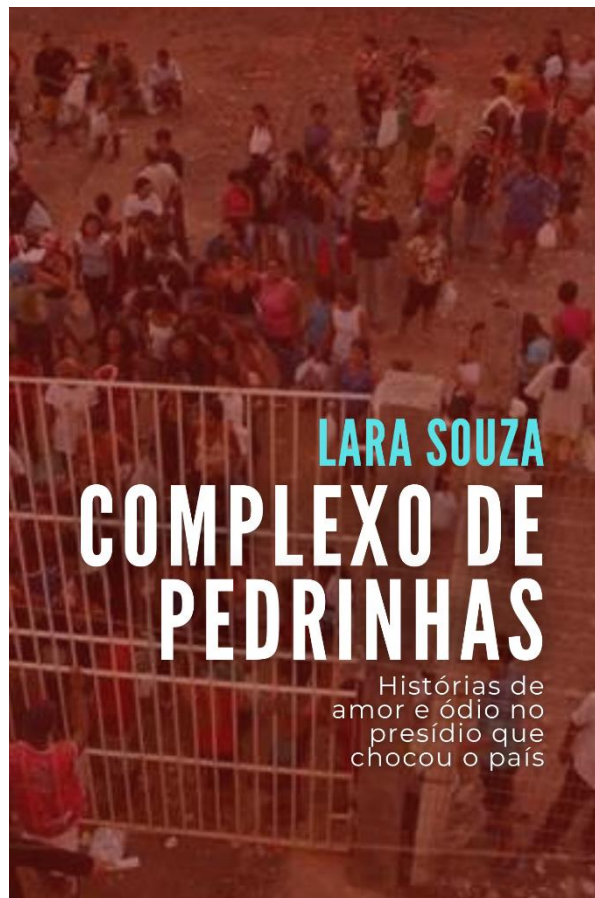
#### **4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO**

O produto apresentado é um livro-reportagem que será publicado, inicialmente, em sua versão digital na plataforma Kindle da Amazon. A versão impressa será por meio de editoras por demanda, em que as unidades são impressas de acordo com os pedidos. São mais de 200 páginas com narrativa não ficcional sobre as chacinas e rebelião continuada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (nome à época). O livro reúne informações sobre o que de fato ocorreu – por conta da grande quantidade de desencontro de dados publicados pela imprensa na época – além de narrar diferentes pontos de vista a reivindicação de familiares de pessoas que estiveram privadas de liberdade em cumprimento de pena ou perderam a vida em algum dos eventos. A rebelião, no livro, é compreendida como um grande evento continuado e não motins espalhados sem conexão entre eles como foi divulgado na época. A narrativa aborda causas e desdobramentos, compreendendo que muitos fatores levaram o presídio ao colapso e depois a sua posterior resolução de conflito.

A cada dois capítulos, tem uma sessão de imagens com fotos e infográficos para dar noção espacial e imagética ao leitor. Contudo, não tem nenhuma foto que contenha a estética grotesca com que o presídio sempre foi divulgado como corpos, cabeças degoladas, pátios cobertos de sangue, entre outras, pois o objetivo do livro é se afastar da sensacionalização e promover outra perspectiva. Também não terão fotos das vítimas das rebeliões, já que sua imagem já foi muito explorada de forma pejorativa. Além disso, o livro assegura o anonimato aos entrevistados, então não poderiam ser expostos, de qualquer maneira.

Na capa consta uma foto de arquivo da SEAP-MA de um dos portões das unidades, que era frágil e precário, o portão que era do PSL I. Do lado de fora tem uma fila desorganizada com vários familiares com sacolas de compras para dar aos seus parentes privados de liberdade em uma estrada de terra vermelha. Essa foto foi escolhida por representar a precariedade do sistema prisional na época e as humilhações que os familiares tinham que sofrer, além de representar o vínculo familiar e como as famílias tinham um alto custo ao tentar manter alguém vivo dentro do Complexo. As cores escolhidas foram o vermelho bordô por se assemelhar à cor do sangue com que o Complexo foi pintado após tantos motins, branco para trazer equilíbrio e

azul por ser uma cor oposta complementar ao vermelho, ou seja, chama atenção. A fonte escolhida foi League Gothic e Montserrat.



*Figura 9 - Capa do livro/produto. Fonte: da autora.*

A proposta da contracapa é que seja uma continuação da capa, como se com o livro aberto a pessoa consiga ver toda a imagem. Nessa sessão também tem um pequeno texto com um trecho do livro chamativo, para incentivar a leitura. Também terá outro pequeno texto com resumo do que o livro trata.

A guarda tem um azul vibrante com os nomes das 64 pessoas mortas na rebelião continuada e suas respectivas idades. A escolha da fonte Arimo por ser fina, sem serifa e da cor branca é porque, em contraste com o azul, fica com a leitura difícil, onde a pessoa tem que se esforçar e fica desconfortável, como uma metáfora para como a sociedade trata essas mortes: é desconfortável olhar e é preciso se esforçar mais sobre o assunto. Os nomes dessas pessoas foram colocados como forma de expressar que eles precisam ser lembrados.

Nas folhas de dentro que contém imagens foi escolhido o fundo preto, uma vez que a impressão do livro será em preto e branco, porém a versão digital terá as fotos em cores. Os infográficos também são em preto e branco pelo mesmo motivo. Nas falsa folha de rosto e folha

de rosto têm uma foto de arquivo de pessoas privadas de liberdade soltas em um dos pavilhões da Cadet, junto às demais informações do livro.

A dedicatória do livro é para todas as famílias que perderam alguém para a violência urbana, já que o livro tem o propósito de ser um instrumento de cunho social. A seguir tem os agradecimentos, epígrafe e apresentação do livro com a justificativa e finalidade da obra. Antes do texto também tem o sumário com a lista de capítulos e as páginas. O objetivo é que até a publicação, também tenha uma introdução escrita por outro pesquisador da área. Como decisão editorial, as informações complementares estão em notas de rodapé ao invés de em um glossário ou índice ao final, assim como as fotos vem em sessões ao longo da obra ao invés de anexo ou apêndice ao final.

O texto é dividido em 15 capítulos, um prólogo e um epílogo. Para a diagramação da parte interna foi escolhida a fonte Times New Roman e a página amarelada para melhorar a qualidade de leitura. A versão impressa terá a capa, miolo e contracapa com papel couché 350 g/m<sup>2</sup> fosco. A parte de dentro será impressa em papel pólen amarelado 90 g/m<sup>2</sup>.

## **Conclusões**

Este relatório apresentou estudo sobre as causas e desdobramentos da rebelião continuada do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em 2013/2014. A partir dos dados e relatos desta pesquisa foi possível construir um produto que transmite um pouco do que foi o caos no Complexo naquela época e chegar a algumas conclusões a respeito do que aconteceu.

Primeiramente, é preciso ressaltar que o Complexo foi divulgado para o mundo como a “pior penitenciária do Brasil”, porém não pelas condições insalubres em que se encontrava, mas como um retrato de local que abrigava os piores seres humanos, se é que eram humanos. Contudo, o que a pesquisa mostrou que levou à crise foi o despreparo do governo estadual na época, a falta de estrutura nas unidades, as condições absurdas a que as pessoas ali dentro estavam sendo submetidas, a falta de organização, a corrupção e tantas outras denúncias que beiravam o absurdo. Logo, os massacres que ocorreram foram efeitos de um sistema falido.

Em segundo, os grupos demonstraram organização nos ataques e objetivos. Com isso, é possível perceber que os motins cada vez mais monstruosos cumprem uma função:

reivindicação por melhores condições dentro do Complexo, condições essas que também os ajudariam a gerenciar as facções. Esse é outro ponto chave para entender o que ocorreu. Os motins no Complexo não são um evento isolado, mas fazem parte de um movimento de multirrebeliões em todo o Brasil que surgiu com a expansão das facções do Sudeste do país para o Norte e Nordeste. Já existiam gangues pequenas tanto dentro dos presídios quanto nos territórios do estado, mas as rixas por domínio, território e controle se intensificam com a formação do Bonde dos 40 e do PCM, exatamente no mesmo período em que os motins no Complexo também se intensificam.

Ademais, é preciso entender que não é possível investir em sistema prisional e diminuir a reincidência ou morte daquele egresso sem falar de Segurança Pública. Todos os esforços do Estado Brasileiro tem sido o de prender cada vez mais pessoas, reforçando a prática ostensiva repressiva da Polícia Militar, enquanto setores de inteligência e investigação da Polícia Civil estão sucateados. Desta forma se prende mais, ressocializa menos, não desmobiliza o crime organizado e a sociedade permanece em uma contínua insegurança. É um constante prender jovens negros por crimes como roubo e furto, enquanto quem financia o crime organizado permanece na ativa. Assim, a cada jovem negro que “cai” – é preso – existem outros muitos jovens negros nas periferias para serem cooptados e ficar no lugar do que “caiu”.

Por isso que é tão atual falar de massacres que ocorreram há 10 anos, o problema continua. O Complexo Penitenciário de Pedrinhas fez inúmeras mudanças para atender às medidas da CIDH e, com isso, reduziu drasticamente o número de mortes e motins. Contudo, o Governo do Maranhão ainda está respondendo à Corte por conta das violações contra os Direitos Humanos e as facções ainda utilizam as próprias instalações do Estado para organizarem suas atividades.

Por fim, com a pesquisa também foi possível perceber que os veículos de mídia e, consecutivamente, a população só se interessaram tanto pela temática da rebelião a ponto de virar um circo midiático por dois motivos: 1- ônibus em São Luís estavam sendo atacados, população com toque de recolher e morre a menina Ana Clara de 06 anos em um desses ataques. Isso significava que não eram apenas os sub-humanos aprisionados que estavam morrendo com a rebelião, mas a população “de bem” também estava sofrendo, o que era inaceitável, foi aí que começou a se falar em descontrole da gestão. 2- o evento midiático foi baseado na estética do grotesco. Em geral, as pessoas não se interessariam pelos problemas dos presídios já que eram condições apropriadas, por visão preconceituosa, para a sobrevivência de sub-humanos. Porém,

o circo, a carnificina, o grotesco, a barbárie eram interessantes de assistir, assim elevando a audiência, revelando o já conhecido gosto dos espectadores brasileiros pelo baixo, vulgar e monstruoso.

Com isso, não tem como negar que a rebelião continuada de 2013/2014 foi um marco tanto para o Sistema Prisional Maranhense, como para a Segurança Pública. Foi somente a partir desses eventos que muitas medidas importantes puderam ser tomadas no Estado de combate à tortura, de políticas de ressocialização e de investimento em infraestrutura de unidades prisionais.

Ainda, a pesquisa mostrou um outro lado que não aparece em relatórios, muito menos em dados sobre o sistema prisional, que é a dor das famílias que acabam sendo institucionalizadas junto com seus filhos, irmãos, namorados, maridos, etc. São dores negligenciadas por atribuírem certa culpa e preconceito a esses familiares. Pessoas que, por ter alguém da família em cumprimento de pena privativa de liberdade, às vezes perdem boa parte do orçamento familiar que aquela pessoa supria, que têm de sofrer a saudade e o medo de ter alguém encarcerado e que muitas das vezes são impedidas de tirar a pessoa de lá por conta da sua classe social. Acredito, que acima de tudo, este trabalho fala de famílias periféricas e de todo um exército de jovens negros que tem morrido ou sendo encarcerados.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. *Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CAT Torres, 1996. (v. 5, n. 18, pág. 283 – 300).
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro* – 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ARBEX, Daniela. *Todo Dia a Mesma Noite*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.
- ARBEX, Daniela. *Arrastados*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2022.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*. Companhia das Letras, 1999.
- BASTOS, Bethania Falcao. *A intervenção penal nos braços da mídia*. In: PINHO, Ana Cláudia Bastos de; GOMES, Marcus Alan de Melo (Org.). *Direito penal e democracia*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2010.
- BENJAMIN, W. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Tradução de Maria Amélia Cruz et al. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.
- BITENCOURT, Cezar R. *Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas*. 3ª ed. Moderna, 2005.
- BOAÇALHE, Marcus Vinicius. *A genealogia da pena privativa de liberdade: um enfoque crítico sobre tal instituto*; orientador: Carlos Ricardo Fracasso. Marília, São Paulo: [s.n], 2007.
- BRASIL. *CPI Sistema Carcerário*. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2009.
- BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 847, de 11 de outubro de 1890. Coleção de Leis do Brasil de 31.12.1890. Vol. 10. p. 2664.
- BRASIL. *Lei de Execução Penal*. Decreto - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília: Edições Câmara, 1984.
- CALIXTO, Clarice Costa. *Mídia e castigo: a cobertura do Jornal Nacional sobre a prisão*. 301 f. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38553> (acesso em 28/08/2021).
- CONNECTAS. *Violação Continuada: dois anos da crise em Pedrinhas*. 2016. Disponível em: [http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/relatorio\\_pedrinhas.pdf](http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/relatorio_pedrinhas.pdf) (acesso em 28/08/2021).
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução 11/2013 – Medida Cautelar Nº 367 – 13 de 16 de dezembro de 2013*.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução de 14 de outubro de 2019 – Medidas Provisórias a Respeito do Brasil – Assunto Complexo Penitenciário de Pedrinhas*.

DAYAN, Daniel & KATZ, Elihu. *Media Events: the Live Broadcasting of History*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1992.

DOTTI, René Ariel. *Execução Penal no Brasil: aspectos constitucionais e legais*. In: ARAUJO JUNIOR, João Marcello (org.). *Sistema penal para o terceiro milênio (atos do Colóquio Marc Ancel)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 80-101.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 38<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HERMES, Ivenio do Espírito Santo; BRANDÃO, Thadeu de Sousa; NÓBREGA, Iara Mariana de Farias; LIRA, Cindy Damaris Gomes. *As chacinas no Rio Grande do Norte em 2017: Consequências da ausência do Estado*. Revista Tópicos em Ciências Sociais, v.2, 1<sup>a</sup> edição. Belo Horizonte: Poisson, 2019. Disponível em:

[https://www.poisson.com.br/livros/ciencias\\_sociais/volume2/T%C3%B3picos\\_em\\_Ci%C3%A2ncias\\_Sociais\\_Volume\\_2.pdf#page=15](https://www.poisson.com.br/livros/ciencias_sociais/volume2/T%C3%B3picos_em_Ci%C3%A2ncias_Sociais_Volume_2.pdf#page=15) (acesso em: 16/02/2022).

LEITE, Carla Sena. *Ecos do Carandiru: Estudo comparativo de quatro narrativas do massacre*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/leite-sena-ecos-carandiru.pdf> (acesso em: 28/02/2021).

MACHADO, Vitor Gonçalves. *Análise Sobre a Crise do Sistema Penitenciário e os Reflexos do Fracasso da Pena de Prisão*. Revista Derecho y Cambio Social, Círculo de Estudios Ius Filosóficos UNIDAD. Lima, 2013. Disponível em: [https://www.derechoycambiosocial.com/revista033/a\\_crise\\_do\\_sistema\\_penitenc%C3%A1rio.pdf](https://www.derechoycambiosocial.com/revista033/a_crise_do_sistema_penitenc%C3%A1rio.pdf) (acesso em: 16/02/2022).

MAEYER, Marc de. *Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?* Revista de Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização e Cidadania. Brasília: RAAAB/ UNESCO/ Governo Japonês, 2006.

MATZENBACKER, Lucas Felipe. *A Origem das Penas e sua Evolução*. Ensaio teórico apresentado em XXI Jornada de Pesquisa Unijuí. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2016.

MICHELS, Gabriel. *Presídio Central*. Porto Alegre: Dimaior Books, 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias [Infopen]*. Brasília, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias [Infopen]*. Brasília, 2017.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução penal*. São Paulo: Atlas, 2014.

NERYS, Thalanti Renata. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a Crise no Sistema Carcerário Brasileiro. Monografia (Bacharelado em Direito) – Unievangélica, 2018.

NUNES, Adeildo. *A Realidade das Prisões Brasileiras*. Recife: Nossa Livraria, 2005.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RODRIGUES, Brena F. *Pedrinhas na mídia internacional: Uma análise da cobertura jornalística do portal BBC*. Revista Cambiassu. V. 19, N. 14, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/issue/view/244> (acesso em 26/11/2022).

SALLA, Fernando. *As Rebeliões nas Prisões: novos significados a partir da experiência brasileira*. Periódico Sociologias. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/scwmP45yrcfVQ3MG8nwJNrB/?lang=pt> (acesso em: 20/03/2023).

SANTIAGO, Glaydson Alves da Silva. *Política Educativa e sistema penitenciário: repercussão na reintegração social dos detentos* In: RICHARDSON, Roberto Jarry (Org). *Exclusão, inclusão e diversidade*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SANTIAGO, Glaydson Alves da Silva. *A política de ressocialização no Brasil: Instrumento de Reintegração ou de Exclusão Social?* Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO MARANHÃO. *Relatório de Gestão 2015-2022: a transformação do Sistema Prisional Maranhense*. São Luís: Governo do Maranhão, 2023.

SILVA, Marcos Vinícius Moura (org.). *Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017*. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, Brasília, 2017. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun2017-rev-12072019-0721.pdf> (acesso em: 20/07/2022).

SILVA, Raquel de Jesus da Cruz. *Punir e ressocializar: o dilema do Estado do Maranhão*. Monografia. São Luís: UNDB, 2020.

SILVA, Isabella Miranda da. *Racismo Institucional e Colonialidade do Poder Punitivo nos Discursos e nas Práticas Criminais: os Casos dos Mortos de Pedrinhas (São Luís/ Maranhão)*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34006/1/2018\\_IsabellaMirandadaSilva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34006/1/2018_IsabellaMirandadaSilva.pdf) (acesso em: 20/08/2022).

SIMAS, Fábio do Nascimento. *O Fenômeno do Superencarceramento no Brasil Contemporâneo*. Artigo apresentado no II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio

de Janeiro. Conselho Regional de Serviço Social – RJ: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/108.pdf> (acesso em: 20/03/2023).

SODRÉ, Muniz. PAIVA, Raquel. *O Império do Grotresco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Mídia, Espetáculo e Grotresco*. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación N.º 130, dez 2015 - mar 2016 (Sección Tribuna, pp. 17-27). Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16057395002> (acesso em: 20/07/2023).

SOUZA, Larissa S. *E Morreu Mais Um: banalização da morte na periferia de São Luís*. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SOUZA, Larissa S. *E Morreu Mais Um: banalização da morte na periferia de São Luís*. São Luís: Kindle, 2019. Disponível em: [https://www.amazon.com.br/Morreu-Mais-Um-Banaliza%C3%A7%C3%A3o-periferia-ebook/dp/B07TSYLMCQ/ref=sr\\_1\\_1?\\_mk\\_pt\\_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&keywords=e+morreu+mais+um&qid=1562079549&s=gateway&sr=8-1](https://www.amazon.com.br/Morreu-Mais-Um-Banaliza%C3%A7%C3%A3o-periferia-ebook/dp/B07TSYLMCQ/ref=sr_1_1?_mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&keywords=e+morreu+mais+um&qid=1562079549&s=gateway&sr=8-1) (acesso em: 20/03/2023).

SOUZA, Larissa S. no prelo. *Bem-Vindos ao Espetáculo: um estudo sobre a comunicação violenta e banalizada da rebelião do Complexo Penitenciário de Pedrinhas na internet em 2013*. São Luís, 2022.

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. *Regras mínimas das Nações Unidas para tratamento de reclusos (regras de Nelson Mandela)*, 2015. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson\\_Mandela\\_Rules-P-ebook.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf) (acesso em: 19/07/2022).

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Pedido de Informação ao Governo do Maranhão sobre medidas cautelares da CIDH.

Dados do Pedido	
Protocolo	1 000138202301
Solicitante	Larissa Silva Souza
Data de Abertura	17/01/2023 22:27
Orgão Superior Destinatário	Governo do Estado do Maranhão
Orgão Vinculado Destinatário	SEAP - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Prazo de Atendimento	17/02/2023
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Parcialmente Concedido (Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Solicitação de relatórios e/ou dados que comprovem a atuação do Governo do Estado na prevenção de rebeliões no Complexo Penitenciário São Luís
Detalhamento	<p>Gostaria de solicitar relatórios que comprovem a atuação do Governo do Estado no cumprimento das determinações contidas na resolução emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 14 de novembro de 2014, na qual se solicitou à República Federativa do Brasil que adotasse, de forma imediata, todas as medidas necessárias para proteger eficazmente a vida e a integridade pessoal das pessoas privadas de liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, bem como de qualquer pessoa que se encontrasse nas unidades deste estabelecimento.</p> <p>Portanto, solicito acesso a relatórios e dados sobre as seguintes questões solicitadas pela Corte:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Adequar imediatamente as instalações do Complexo de Pedrinhas para assegurar condições mínimas de dignidade no cumprimento da pena;</li> <li>2- Apurar as fugas, rebeliões, corrupção e mortes no sistema penitenciário maranhense;</li> <li>3- Aumentar o efetivo de agentes penitenciários para haver, ao menos, um agente penitenciário para cada cinco presos por plantão e substituir funcionários que desempenham função de segurança por agentes públicos selecionados mediante concurso público;</li> <li>4- Cumprir imediatamente as normas que regulam o uso da força e de armas por agentes de segurança pública;</li> <li>5- Ampliar e fortalecer a Defensoria Pública Estadual e instalar o Comitê e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura;</li> <li>6- Cuidar e atender a questões de saúde e higiene para garantir a integridade das pessoas em cumprimento de pena;</li> <li>7- Controlar a violência dentro das unidades e impedir mortes por motivo não natural durante cumprimento de pena, além de medidas para a redução do uso de armamento;</li> </ol>

## Apêndice B – Resposta do pedido de Informação ao Governo do Maranhão sobre medidas cautelares da CIDH.

<b>Dados da Resposta</b>	
Data de Resposta	17/02/2023 17:12
Tipo de Resposta	Acesso Parcialmente Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade
Resposta	<p>Prezado (a) Senhor (a),</p> <p>Seu pedido de informação protocolado sob o 1 000138202301 foi recebido, e em referência à demanda apresentada, e respeitando os termos da Lei Federal nº 12.527/2011 e da Lei Estadual nº 10.217/2015, teve acesso parcialmente concedido.</p> <p>Nesta senda, importa destacar que, conforme especificado no documento em anexo, parte da informação não é de titularidade desta SEAP. Devido a esse fato, deixamos de encaminhar resposta para parte da informação solicitada. Por isso, pedimos que realize novo pedido de acesso à informação, endereçado às instituições competentes, contendo somente a parte ausente da informação.</p> <p>Caso haja alguma dúvida sobre a resposta ora enviada, este Serviço de Informação ao Cidadão - SIC está à disposição para esclarecimentos por meio dos seguintes canais: e-mail <a href="mailto:ouvpen@seap.ma.gov.br">ouvpen@seap.ma.gov.br</a> e telefone (98) 99181-7012.</p> <p>Por fim, eventuais recursos deverão ser dirigidos a este Órgão, através do sistema e-SIC, no prazo de 10 dias, a contar da data desta decisão, endereçado ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;"><b>Serviço de Informação ao Cidadão</b> Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.</p>
Responsável pela Resposta	Secretaria Adjunta de Modernização e Articulação Institucional
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Secretário de Estado de Administração Penitenciária
Prazo Limite para Recurso	01/03/2023
<b>Classificação do Pedido</b>	
Categoria do Pedido	Governo e Política
Subcategoria do Pedido	Administração pública
Número de Perguntas	7

## Apêndice C – Termo de autorização institucional.

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Li-Chang Shuen C. S. Sousa, professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação/Mestrado Profissional, declaro para os devidos fins que Larissa Silva Souza, matrícula 2021113144, CPF 609133693-22, mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação/Mestrado Profissional está desenvolvendo a pesquisa intitulada “**COMPLEXO DE PEDRINHAS: A história das chacinas que chocaram o país**”, sob minha orientação.

O objetivo da pesquisa é o de produzir um livro-reportagem que narra os acontecimentos de 2013/2014 no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (nome à época), além de investigar os ocorridos relacionados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, de 2010 a 2014, para construir uma narrativa que aborda causas, desdobramentos, e expor os diversos lados da história, de maneira mais aprofundada, a partir da experiência de quem vivenciou as inúmeras rebeliões.

A pesquisa de campo será desenvolvida por meio da metodologia etimológica, com a realização dos métodos de observação e entrevistas com pessoas que, de alguma forma, vivenciaram a rebelião. Para isso, os entrevistados responderão a perguntas pré-estabelecidas sobre os eventos e depois serão feitas perguntas que surjam de acordo com a entrevista. Para que o livro tenha maior riqueza de dados, a pesquisa também necessitará da disponibilização de banco de dados institucionais.

Solicitamos, ainda, o acesso ao Complexo Penitenciário São Luís para que possa ser realizada pesquisa.

Desse modo, contamos com a colaboração das instituições para que a pesquisadora possa coletar dados e informações (tanto da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, quanto da administração do Complexo Penitenciário São Luís) para que consiga realizar um trabalho que seja relevante e gere resultados para a discussão em pauta.

Ademais, declaramos ainda que todos os dados levantados nesta investigação terão uso somente para a realização desta pesquisa científica.

*Li-Chang Shuen C. S. Sousa*

---

## Apêndice D - Termo de autorização institucional.

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Maria Nereza da L.,  
AUTORIZO  
Larissa Silva Souza, discente do Mestrado do Programa de Pós Graduação em Comunicação, modalidade profissional, matrícula 2021113144, da Universidade Federal do Maranhão a realizar a pesquisa "**COMPLEXO DE PEDRINHAS**: A história das chacinhas que chocaram o país". O estudo refere-se a uma pesquisa de campo que será desenvolvida por meio da metodologia etimológica, com a realização dos métodos de observação e entrevistas. A pesquisa também necessitará da disponibilização de banco de dados institucionais. Autorizo ainda o acesso aos arquivos de sistemas de informação e outros bancos de dados do período de 2010 a 2022 e a usá-los como fonte de dados. A coleta de dados só deverá ser realizada após o/a pesquisador/a apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos.

São Luís, MA, 06 de Junho de 2022.



## Apêndice E – Ofício para formalização do pedido de visita.



Ofício Nº 01/2023 – COORD. PPGCOM-PRO UFMA São Luís, 11 de setembro de 2023

Ao Senhor

**MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado da Administração Penitenciária

N E S T A

**ASSUNTO:** Solicitação da visita ao Complexo Penitenciário São Luís.

Senhor Secretário,

Ao tempo em que o cumprimentamos, viemos por meio deste solicitar de Vossa Excelência o acompanhamento de visita ao Complexo Penitenciário São Luís para que possa ser realizada pesquisa de caráter etnográfico para fins de dissertação da discente LARISSA SILVA SOUZA no curso de Mestrado Profissional em Comunicação Social do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão. Seguem especificações de unidades a serem visitadas:

- Antigo CDP, atual Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 6 (UPRSL 6).
- Antiga Penitenciária de Pedrinhas, atual Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 1 (UPRSL 1).
- Antiga Triagem.
- E antiga PSL I e II, atuais Unidades Prisionais de Ressocialização São Luís 4 e 5 (UPRSL 4 e 5).

De antemão, agradecemos, colocando à disposição os contatos da discente responsável pelo projeto, em caso de eventuais esclarecimentos e/ou ajustes. Telefone: (98) 98105-6065 (Larissa Souza, discente do PPGCOM-PRO); endereço eletrônico: [larasouza.jor@gmail.com](mailto:larasouza.jor@gmail.com).

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente  
 **MARCIO CARNEIRO DOS SANTOS**  
 Data: 11/09/2023 21:51:41-0300  
 Verifique em <https://validar.ig.gov.br>

**PROF. DR. MARCIO CARNEIRO**  
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da  
 Universidade Federal do Maranhão

## Apêndice F – Autorização para visita acadêmica.



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
SECRETARIA ADJUNTA DE MODERNIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

OFÍCIO N.º 52/2023 – SAMOD/SEAP

São Luís - MA, 29 de setembro de 2023.

A Sua Senhoria o Senhor  
**PROF. DR. MÁRCIO CARNEIRO**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA  
larasouza.jor@gmail.com.

**Assunto:** Autorização de visita acadêmica para pesquisa no Complexo Penitenciário. Resposta à solicitação.

**Anexo:** Termo de Responsabilidade de Segurança.

Senhor Coordenador,

Ao tempo em que o cumprimento, sirvo-me do presente para encaminhar resposta ao documento enviado a esta SEAP, no qual solicita-se autorização para entrada da discente **Larissa Silva Souza**, ao Complexo Penitenciário de São Luís, para fins de pesquisa acadêmica.

Frente ao exposto, seguem discriminadas abaixo informações acerca da programação da requerida visita:

**Data:** de 06/10/2023 (sexta-feira)  
**Horário:** a partir das 13h00min (combinar horário e chegada com a  
**Supervisão de Assistência Psicossocial;**  
**Local:** Complexo de São Luís – Unidades: 1, 4, 5, 6 e Triagem.  
**Contato do estudante:** (98) 98105-6065

Necessário se faz destacar que, conforme as informações registradas no Termo de Responsabilidade de Segurança, anexado a este ofício, a entrada de aparelhos eletrônicos como celular, *tablet*, *pen drive* e outros não é permitida dentro das Unidades Prisionais. Portanto, é necessário que o discente leve seu material de pesquisa impresso. Ademais, informa-se que a estudante deverá evitar o uso de roupas, acessórios e calçados que contenham adereços metálicos e deverá levar seu documento de identificação no dia da visita.

Ademais, a pesquisadora será acompanhada pela Supervisão de Assistência Psicossocial durante sua permanência na unidade e deve se dirigir

ESTADO DO  
**MARANHÃO** SEAP

Rua Gabriela Mistral, nº 716, Vila Palmeira CEP: 65045-070  
E-mail: visitasacademicas.samod@gmail.com / www.seap.ma.gov.br



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
SECRETARIA ADJUNTA DE MODERNIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

diretamente para o local. Reforça-se ainda que a discente deverá cumprir integralmente as normas do Termo de Responsabilidade de Segurança.

Com o préstimo das informações supramencionadas, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

*Bruno Luiz Salles Teixeira*  
Bruno Luiz Salles Teixeira  
Secretário Adjunto de Modernização  
e Articulação Institucional  
Matrícula: 882679-1

**BRUNO LUIZ SALLES TEIXEIRA**  
Secretário Adjunto de Modernização e Articulação Institucional



## **Apêndice G - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - AGENTES PÚBLICOS E DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS**

EXPLICAÇÃO DA PESQUISA - Meu nome é Larissa Souza, sou mestranda pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Comunicação - Mestrado Profissional (PPGCOMPro) e estou realizando uma pesquisa com o objetivo de produzir um livro-reportagem que narre os acontecimentos de 2013/2014 no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (nome à época), que aborde causas e desdobramentos.

PERGUNTA 1 – Primeiro, por ser um livro descritivo, preciso que você se apresente com seu nome, profissão e como você se localiza na atuação no Complexo.

PERGUNTA 2 – Você poderia narrar como se envolveu com os eventos que ocorreram no Complexo em 2013 e 2014?

- Essa pergunta geralmente gerava uma resposta longa da pessoa contando a história, de acordo com o que era narrado, novas perguntas iam sendo anotadas para a pessoa explicar alguma informação ou dar mais detalhes de algum relato.

PERGUNTA 3 – O que mais te chamou atenção, qual história daquela época mais te impactou?

PERGUNTA 4 – Como você acha que a sua atuação impactou na resolução e como está a situação atual do Complexo?

PERGUNTA 5 – Tem mais alguma informação ou algo que queira compartilhar sobre esse tema?

## **Apêndice H - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - MÃES DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE**

EXPLICAÇÃO DA PESQUISA - Meu nome é Larissa Souza, sou mestranda pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Comunicação - Mestrado Profissional (PPGCOMPro) e estou realizando uma pesquisa com o objetivo de produzir um livro-reportagem que narre os acontecimentos de 2013/2014 no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (nome à época), que aborde causas e desdobramentos.

PERGUNTA 1 – Primeiro, por ser um livro descritivo, preciso que você se apresente e conte quem é seu filho.

PERGUNTA 2 – Você poderia narrar sua história e dizer como seu filho foi preso?

- Essa pergunta geralmente gerava uma resposta longa da pessoa contando a história, de acordo com o que era narrado, novas perguntas iam sendo anotadas para a pessoa explicar alguma informação ou dar mais detalhes de algum relato.

PERGUNTA 3 – Como eram as visitas?

PERGUNTA 4 – Como você se sentiu tanto com a prisão do seu filho, quanto com ter que ir visitar o presídio?

PERGUNTA 5 – Como era o Complexo naquela época?

PERGUNTA 6 – Como está seu filho hoje em dia? (em casos em que o filho ainda está vivo)

PERGUNTA 6 – Como ficou sua vida após perder um filho? (nos casos em que morreu)

PERGUNTA 7 – Tem mais alguma informação ou algo que queira compartilhar sobre esse tema?

**Apêndice I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – POLICIAIS PENAIS**

PERGUNTA 1: O que mudou no Complexo nos últimos dez anos?

PERGUNTA 2: Como era essa unidade há dez anos?

PERGUNTA 3: O que mudou para os policiais penais?

PERGUNTA 4: Sobre a estrutura, o que está diferente?

PERGUNTA 5: Você já trabalhava no Complexo há dez anos? Se sim, presenciou as rebeliões? Como era conviver com aquilo?

DEMAIS PERGUNTAS SOBRE MUDANÇAS CASO O ENTREVISTADO NÃO TENHA MENCIONADO: Como era feita a segurança antes? Como está a distribuição de água? Como está o esgotamento? Como está a comida? E a limpeza? Quais atividades de ressocialização são realizadas nesta unidade? Quanto à saúde, como é feito? Como é a divisão de blocos? Qual a capacidade e qual a lotação? Essa unidade tem facções, quais?